



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
SERVIÇO SOCIAL - MODALIDADE EAD

LILIANE MIKOASKI

**USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA
CONTEMPORANEIDADE: MEDIAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

CAXIAS DO SUL

2026

LILIANE MIKOASKI

**USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA
CONTEMPORANEIDADE: MEDIAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade de Caxias do Sul como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a: Dra. Ana Maria Paim
Camardelo.

CAXIAS DO SUL

2026

LILIANE MIKOASKI

**USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA
CONTEMPORANEIDADE: MEDIAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade de Caxias do Sul como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Paim
Camardelo.

Aprovada em: ___/___/_____

Banca Examinadora

Orientadora Prof.^a Dra. Ana Maria Paim Camardelo
Universidade de Caxias do Sul

Prof.^a Dra. Aline Passuelo de Oliveira
Universidade de Caxias do Sul

Prof.^a Ma. Shirlene Anabor
Universidade de Caxias do Sul

ATA DE ARGUIÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SERVIÇO SOCIAL

Aos 17 dias do mês de junho de 2026, às 15h, na Plataforma Google Meet, meet.google.com/iyf-purh-ixw, reuniu-se a Comissão Examinadora, indicada pelo Núcleo Estruturante do Curso de Serviço Social desta Universidade, integrada pelos seguintes membros: Prof.^a Dra. Ana Maria Paim Camardelo, Prof.^a Dra. Aline Passuelo de Oliveira e Prof.^a Ma. Shirlene Anabor, para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna **LILIANE MIKOASKI**, intitulado **USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE: MEDIAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL**; tendo por palavras-chave: tecnologias digitais; saúde mental; infância e adolescência; mediações sociais; Serviço Social, contabilizando um total de 63 páginas. Este trabalho foi orientado pela Professora Dra. Ana Maria Paim Camardelo, tendo sido previamente entregue à Comissão Examinadora e avaliado de acordo com os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidos pelo Curso de Serviço Social, recebendo as seguintes notas:

(a) Nota do Desempenho do aluno no processo de orientação e construção do TCC (peso de 20 pontos): _____

(b) Nota do Trabalho Escrito (peso de 60 pontos): _____

(c) Nota da Apresentação Oral e Arguição (peso de 20 pontos): _____

Nota Final (a) + (b) + (c) = _____ transformada no código _____, conforme Regimento Interno da UCS.

Comissão Examinadora

Prof.^a Dra. Aline Passuelo de Oliveira

Prof.^a Ma. Shirlene Anabor

Estudante

Liliane Mikoaski

Orientadora:

Prof.^a Dra. Ana Maria Paim Camardelo

Dedico este trabalho às crianças e adolescentes que têm suas infâncias e adolescências atravessadas por desigualdades sociais estruturais e pela intensificação do uso de tecnologias digitais, em uma realidade na qual o acesso à informação e à comunicação não se separa da exposição, da vigilância, da comparação e de novas formas de sofrimento produzidas socialmente; às suas famílias, que, responsabilizadas pela mediação do uso das tecnologias, enfrentam cotidianamente condições marcadas pela precarização da vida, pela sobrecarga e pela insuficiência de suporte material e institucional; e aos profissionais das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, que, na linha de frente das expressões contemporâneas da questão social, sustentam a defesa de direitos em um cenário de desmonte e fragilização das políticas sociais, diante do agravamento das demandas de cuidado, proteção e intervenção. Nenhuma infância deveria ser atravessada sozinha pelas contradições do seu tempo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo amparo, pela presença constante e pelo sustento ao longo desta caminhada, por me guiar em cada etapa e por colocar em meu caminho pessoas essenciais, que tornaram esse percurso mais humano, leve e profundamente significativo, permitindo que eu chegasse até aqui com fé, segurança e gratidão.

À minha esposa Cíntia, o meu amor mais profundo e a minha maior presença em meio às minhas ausências. Por ter vivido comigo este processo de forma tão intensa, suportando o que eu não conseguia dizer em palavras, acolhendo meus silêncios, minhas lágrimas e meu esgotamento. Por tantas vezes me envolver com um abraço que parecia reorganizar tudo dentro de mim, me devolvendo ao mundo quando eu já não tinha mais forças. Este trabalho também é teu. Ele carrega o teu cuidado, a tua paciência, a tua renúncia e o teu amor, que nunca deixou de me sustentar, mesmo quando eu mal conseguia retribuir.

À nossa filha, que ainda não chegou ao mundo, mas já habita profundamente a nossa vida. Você já é amor antes do encontro, já é esperança antes do primeiro olhar, já é força antes da chegada. Cada página deste trabalho também foi escrita pensando em você, no futuro que te espera e no mundo que desejamos construir para te receber.

Ao Flóki e à Nina, nossos filhos de quatro patas, por terem estado presentes de forma tão constante ao longo desta caminhada. Por dividirem comigo os dias intermináveis de estudo, os silêncios, o cansaço e a rotina, sempre com afeto, companhia e aconchego. Pela forma simples, leal e amorosa com que tornavam os dias mais leves e acolhedores, mesmo sem compreenderem exatamente o que estava sendo construído. Em muitos momentos, a presença de vocês foi conforto, calma e amor.

À minha mãe, às minhas irmãs, aos cunhados, sobrinhos e sogros, por compreenderem minhas ausências, respeitarem meus silêncios e, ainda assim, seguirem presentes com amor, apoio e paciência. Mesmo quando não conseguia estar inteiramente, vocês estiveram comigo em afeto.

Às pessoas que o curso colocou em meu caminho, especialmente às colegas de graduação com quem compartilhei a trajetória do estágio, os aprendizados, as angústias, os desafios e as conquistas deste processo. E também àquelas que, mesmo seguindo outros caminhos ao longo da graduação, continuam presentes de

forma especial em minha vida. Levo comigo os vínculos construídos, os afetos compartilhados e a certeza de que algumas pessoas atravessam nossa trajetória acadêmica e permanecem para além dela.

A todos os professores da Universidade de Caxias do Sul que fizeram parte da minha formação, pela seriedade, responsabilidade e dedicação com que compartilham o conhecimento. Mesmo nos encontros breves proporcionados ao longo da graduação, cada contribuição deixou marcas importantes na construção da minha formação acadêmica, ética e crítica.

À professora Jéssica Da Silveira Teles, pela orientação acadêmica no Estágio I, conduzida com delicadeza, atenção e leveza. Em um momento marcado por inseguranças, descobertas e pelos primeiros contatos com o campo de estágio, sua presença sempre gentil, seu incentivo constante e a profundidade de seus conhecimentos foram fundamentais para que esse processo fosse vivido com mais confiança, aprendizado e criticidade. Sua forma cuidadosa e respeitosa de orientar deixou marcas muito significativas no meu processo de formação.

À professora Elizabete Bertele, por ter acompanhado momentos tão importantes da minha trajetória acadêmica ao longo dos estágios e também na orientação do TCC I, sempre com sensibilidade, segurança e excelência no processo formativo. Em cada supervisão, sua leitura crítica, a forma acolhedora com que nos orientava e a generosidade ao compartilhar seus conhecimentos ampliavam nosso olhar sobre a realidade e sobre o exercício profissional. Levo comigo uma profunda admiração pela pessoa que você é e uma imensa gratidão pela oportunidade de aprender ao seu lado. Você se tornou, para mim, uma referência e um exemplo de profissional crítica, ética e profundamente humana.

À supervisora de campo de estágio Anaquel Cristiane dos Santos Pereira, pela generosidade imensa, pela paciência no ensinar cotidiano, pelo modo atento de acompanhar o dia a dia do estágio e pela forma como compartilhou seu fazer profissional, sendo referência, apoio e inspiração ao longo da experiência de estágio. À equipe do CAPSi Girassol de Bento Gonçalves, que me recebeu com afeto, abertura ao aprendizado e disponibilidade, possibilitando a vivência em um espaço vivo de práticas e cuidado em saúde mental de crianças e adolescentes, onde cada troca, cada escuta e cada experiência foram profundamente significativas. À Maria Solange Baumgaertner, pela presença amiga durante e após o estágio, pelo apoio nos momentos de insegurança e pela disponibilidade constante em me ajudar, sempre de

forma prestativa e atenciosa, pela qual sou imensamente grata.

À professora Ana Maria Paim Camardelo, pela orientação que foi muito além da dimensão técnica, marcada por uma presença acolhedora, gentil, sensível e genuinamente humana. Pela delicadeza no modo de orientar, pela atenção constante e escuta cuidadosa, e pela forma serena com que transmitiu segurança ao longo do processo. Por tornar o rigor acadêmico mais leve sem perder sua exigência, e por ensinar, com o próprio exemplo, que o conhecimento se constrói também com ética, sensibilidade e respeito. Sua forma de conduzir a orientação deixa marcas significativas na minha formação e será sempre lembrada como referência de postura profissional e humana.

A todos que, de alguma forma, estiveram presentes nesta caminhada, minha profunda gratidão.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como temática o uso de telas e saúde mental de crianças e adolescentes na contemporaneidade, considerando as mediações sociais e suas implicações para o Serviço Social. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: como o uso intensivo de telas se relaciona com a saúde mental de crianças e adolescentes, considerando as mediações familiares, institucionais, socioeconômicas, territoriais e sociotécnicas, e quais implicações esse fenômeno apresenta para o Serviço Social? O objetivo geral consiste em analisar criticamente a relação entre o uso intensivo de telas e a saúde mental de crianças e adolescentes, considerando suas mediações sociais e implicações para o Serviço Social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, orientada pelo materialismo histórico-dialético. A análise fundamenta-se em produções teóricas do campo do Serviço Social e áreas afins, bem como em legislações, normativas e documentos institucionais relacionados à infância, adolescência, saúde mental e políticas públicas. Os resultados indicam que o uso de tecnologias digitais não pode ser compreendido como causa direta e isolada de sofrimento psíquico, tampouco como prática neutra ou homogênea, sendo atravessado por múltiplas mediações, especialmente familiares, institucionais e socioeconômicas, que condicionam tanto os riscos quanto as potencialidades dessas experiências. Seus efeitos dependem das condições concretas em que ocorre, dos sentidos atribuídos ao uso, da qualidade dos vínculos familiares, da presença ou ausência de acompanhamento adulto, do acesso a políticas públicas, das condições territoriais de convivência e das desigualdades socioeconômicas que atravessam a vida de crianças, adolescentes e famílias. Identificou-se que a mediação familiar é condicionada por fatores como precarização do trabalho, sobrecarga do cuidado, divisão sexual do trabalho e fragilidade e, em alguns contextos, ausência de redes de apoio, o que impede interpretações moralizantes ou culpabilizadoras das famílias. No âmbito institucional, evidenciou-se a importância da escola, da saúde, da assistência social e do sistema de garantia de direitos na identificação, acolhimento e encaminhamento de demandas relacionadas ao sofrimento psíquico infantojuvenil, bem como os riscos de respostas fragmentadas, medicalizantes ou individualizantes. Observa-se que fatores como desigualdade digital, condições de vida, organização familiar, acesso a políticas públicas e formas de sociabilidade influenciam diretamente os impactos na saúde mental infantojuvenil. Conclui-se que o uso de tecnologias digitais deve ser compreendido como fenômeno atravessado por expressões contemporâneas da questão social, exigindo do Serviço Social uma atuação crítica, intersetorial e comprometida com a proteção integral, a defesa de direitos e a superação de abordagens moralizantes e individualizantes.

Palavras-chave: tecnologias digitais; saúde mental; infância e adolescência; mediações sociais; Serviço Social.

ABSTRACT

This undergraduate thesis addresses the use of digital technologies and the mental health of children and adolescents in contemporary society, considering social mediations and their implications for Social Work. The research is guided by the following question: how is intensive screen use related to the mental health of children and adolescents, considering family, institutional, socioeconomic, territorial, and sociotechnical mediations, and what implications does this phenomenon have for Social Work? The general objective is to critically analyze the relationship between intensive screen use and the mental health of children and adolescents, considering its social mediations and implications for Social Work. Methodologically, this is a qualitative study of bibliographic and documentary nature, grounded in the historical-dialectical materialist approach. The analysis is based on theoretical productions in the field of Social Work and related areas, as well as legislation, regulations, and institutional documents concerning childhood, adolescence, mental health, and public policies. The results indicate that the use of digital technologies cannot be understood as a direct and isolated cause of psychological distress, nor as a neutral or homogeneous practice, as it is permeated by multiple mediations, especially family, institutional, and socioeconomic ones, which shape both risks and potentialities. Its effects depend on concrete conditions of use, attributed meanings, the quality of family bonds, the presence or absence of adult supervision, access to public policies, territorial living conditions, and socioeconomic inequalities affecting children, adolescents, and their families. It was found that family mediation is conditioned by factors such as labor precarization, care overload, the sexual division of labor, and the fragility and, in some contexts, absence of support networks, which prevents moralizing or blaming interpretations of families. At the institutional level, the importance of education, health, social assistance, and the system for the protection of rights was highlighted in identifying, addressing, and referring demands related to children's and adolescents' psychological distress, as well as the risks of fragmented, medicalizing, or individualizing responses. It is observed that factors such as digital inequality, living conditions, family organization, access to public policies, and forms of social interaction directly influence impacts on children's and adolescents' mental health. It is concluded that the use of digital technologies should be understood as a phenomenon shaped by contemporary expressions of the social question, requiring from Social Work a critical, intersectoral practice committed to comprehensive protection, the defense of rights, and the overcoming of moralizing and individualizing approaches.

Keywords: digital technologies; mental health; childhood and adolescence; social mediations; Social Work.

LISTA DE SIGLAS

ABCD	<i>Adolescent Brain Cognitive Development</i>
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECA Digital	Estatuto Digital da Criança e do Adolescente
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SECOM	Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE.....	18
2.1	INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE DIGITAL: TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS	18
2.2	USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: EVIDÊNCIAS, IMPACTOS E CONTROVÉRSIAS	27
2.3	MEDIAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL	39
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais na sociedade contemporânea tem redefinido as experiências de socialização, comunicação e construção de subjetividades, incidindo de modo particular sobre a infância e a adolescência. Nesse contexto, o uso intensivo de telas passa a integrar a sociabilidade na vida cotidiana, atravessando processos educativos e relações familiares, o que evidencia a centralidade dessas mediações na organização da experiência social. Neste estudo, a expressão uso intensivo de telas refere-se não apenas ao tempo de exposição, mas também à frequência, finalidade, contexto de uso, tipo de conteúdo acessado e grau de mediação familiar, escolar e institucional.

Nesse cenário, observa-se a crescente problematização das relações entre o uso de tecnologias digitais e a saúde mental infantojuvenil, especialmente diante do aumento de manifestações de sofrimento psíquico, como ansiedade, isolamento social e alterações nos padrões de sono, entre outras expressões frequentemente associadas a esse fenômeno. A literatura recente, como se verá ao longo deste estudo, tem associado essas manifestações ao uso de telas, embora sem consenso quanto à existência de causalidade direta, o que reforça a necessidade de análise mediada e contextualizada. Entretanto, essas relações não se estabelecem de forma linear, exigindo análises que considerem as múltiplas determinações sociais que estruturam esse processo.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sendo desenvolvido no âmbito do Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Trata-se de uma pesquisa de natureza monográfica que expressa a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos construídos ao longo da formação acadêmica. Nesse sentido, embora se configure como exigência curricular, a escolha da temática não se dá de forma aleatória, tendo sido definida a partir do interesse em analisar uma problemática relevante no contexto social contemporâneo, especialmente no que se refere às transformações que incidem sobre a infância e a adolescência. A relevância para o Serviço Social decorre do fato de que tais transformações atravessam famílias, escolas, serviços de saúde, assistência social e demais espaços de proteção social, nos quais se expressam novas demandas vinculadas ao sofrimento psíquico infantojuvenil.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Trabalho de Conclusão de Curso deve ser compreendido como um momento de síntese da formação profissional, no qual o/a discente sistematiza conhecimentos a partir de um processo investigativo orientado por uma indagação teórica (ABEPSS, 1996).

Nessa perspectiva, o TCC configura-se como espaço privilegiado de produção de conhecimento crítico, voltado à análise das expressões da questão social e às demandas contemporâneas que interpelam o exercício profissional do/a Assistente Social.

Ao longo do percurso formativo, as experiências teóricas e de estágio supervisionado possibilitam o aprofundamento da análise acerca das transformações que atravessam a infância e a adolescência. Nesse contexto, evidencia-se a centralidade das tecnologias digitais na organização da vida social, compreendidas não como instrumentos neutros, mas como construções historicamente situadas, vinculadas às transformações da sociabilidade capitalista contemporânea (Castells, 2011), as quais incidem de modo significativo e mediado sobre processos de socialização, produção de subjetividades e formas de inserção social.

A intensificação do uso de tecnologias digitais desde a infância configura, portanto, um fenômeno social complexo, atravessado por múltiplas determinações. Se, por um lado, essas tecnologias ampliam o acesso à informação, à comunicação e a diferentes repertórios culturais, por outro, são frequentemente associadas ao aumento de manifestações de sofrimento psíquico entre crianças e adolescentes. Todavia, conforme aponta Buckingham (2007), tais processos não podem ser analisados de forma simplificada ou determinista, sendo necessário compreender a complexidade das relações entre mídia, cultura e desenvolvimento, evitando leituras moralizantes ou explicações causais lineares. Não se trata, portanto, de negar os riscos associados ao ambiente digital, mas de situá-los nas condições sociais, culturais, econômicas e institucionais que modulam seus efeitos.

Nesse contexto, delimita-se como tema deste estudo: “Uso de telas e saúde mental de crianças e adolescentes na contemporaneidade: mediações sociais e implicações para o Serviço Social”. A escolha da temática justifica-se por sua relevância social, profissional e acadêmica.

A dimensão social do estudo reside no fato de que o uso de telas se tornou parte constitutiva da vida cotidiana de crianças e adolescentes, atravessando relações

familiares, escolares, comunitárias e institucionais. Seus possíveis impactos sobre a saúde mental não podem ser compreendidos apenas pelo tempo de exposição, mas devem ser analisados em relação às condições sociais de vida, às desigualdades de acesso, às formas de sociabilidade digital, à proteção familiar e às respostas das políticas públicas. Assim, o tema apresenta importância para o Serviço Social por envolver demandas que exigem atuação intersetorial entre saúde, educação, assistência social e sistema de garantia de direitos.

Do ponto de vista acadêmico, a contribuição da pesquisa está em fomentar o debate crítico sobre infância, adolescência, tecnologia e saúde mental, problematizando abordagens reducionistas que responsabilizam exclusivamente os sujeitos ou suas famílias. Ao enfatizar as mediações sociais que estruturam a relação entre uso de telas e sofrimento psíquico, o estudo busca ampliar a compreensão do fenômeno e oferecer subsídios para análises e intervenções profissionais mais contextualizadas.

A partir dessa delimitação, define-se como problema de pesquisa: como o uso intensivo de telas se relaciona com a saúde mental de crianças e adolescentes, considerando as mediações sociais, familiares, institucionais, socioeconômicas e territoriais na contemporaneidade, e quais implicações esse fenômeno apresenta para o Serviço Social?

Como desdobramento do problema, estabelecem-se as seguintes questões norteadoras: (1) como a infância e a adolescência são reconfiguradas na sociedade digital contemporânea; (2) quais evidências a literatura aponta sobre os impactos do uso intensivo de telas na saúde mental de crianças e adolescentes; e (3) quais mediações sociais influenciam essa relação e quais implicações se colocam para o Serviço Social?

Com vistas a responder a essa problemática, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar criticamente a relação entre o uso intensivo de telas e a saúde mental de crianças e adolescentes, considerando suas mediações sociais e implicações para o Serviço Social. Como objetivos específicos, busca-se: (a) sistematizar as transformações da infância e da adolescência na sociedade digital contemporânea; (b) mapear e discutir evidências teóricas acerca dos impactos do uso intensivo de telas na saúde mental de crianças e adolescentes; e (c) identificar as principais mediações sociais que influenciam a relação entre uso de telas e a saúde mental de crianças e adolescentes e discutir suas implicações para o Serviço Social.

Para a análise do objeto de estudo, adota-se como referência o método materialista histórico-dialético, ancorado na tradição da teoria social crítica que orienta o Serviço Social. Esse método permite apreender os fenômenos sociais como produtos históricos, contraditórios e socialmente determinados, superando explicações imediatas e favorecendo a compreensão de suas determinações essenciais (Netto, 2011; lamamoto, 2012).

Nesse sentido, a análise orienta-se pelas categorias de totalidade, historicidade, contradição e mediação, compreendidas como categorias teórico-analíticas fundamentais do materialismo histórico-dialético. A categoria da totalidade permite apreender o fenômeno em sua inserção no conjunto das relações sociais, superando leituras fragmentadas e reconhecendo sua determinação pelas estruturas da sociabilidade capitalista (Netto, 2011). A historicidade, por sua vez, evidencia que tanto a infância quanto as tecnologias digitais constituem construções sociais e históricas, vinculadas a processos determinados, o que permite romper com concepções naturalizantes e compreender suas transformações ao longo do tempo, em articulação com as transformações econômicas, culturais e políticas da sociabilidade capitalista contemporânea (lamamoto, 2012; Ariès, 1973).

A categoria da contradição evidencia os tensionamentos entre as potencialidades e os limites do uso das tecnologias digitais, expressos no fato de que, por um lado, as telas podem favorecer o acesso à informação, à comunicação e à ampliação de repertórios culturais, e, por outro, podem intensificar processos de isolamento, ansiedade e sofrimento psíquico. Essa ambivalência expressa as contradições próprias da sociedade capitalista contemporânea, na qual o avanço tecnológico convive com o aprofundamento das desigualdades sociais e das vulnerabilidades que atravessam a infância e a adolescência (Netto, 2011). Tais contradições não se limitam ao plano abstrato, manifestando-se concretamente em diferentes dimensões da vida social e incidindo sobre as condições de saúde mental de crianças e adolescentes de forma complexa e não imediata.

Por fim, a mediação permite compreender que a relação entre o uso intensivo de tecnologias digitais e a saúde mental de crianças e adolescentes não ocorre de forma direta ou linear, sendo atravessada por múltiplas determinações relacionadas às condições concretas de vida, como o contexto familiar, escolar, comunitário e territorial, bem como às condições socioeconômicas. Assim, a saúde mental é compreendida como fenômeno socialmente produzido, articulando dimensões

subjetivas e estruturais, o que exige uma análise que ultrapasse explicações individualizantes ou moralizantes (Iamamoto, 2012; Guerra, 2014). Nesse sentido, essas categorias não operam de maneira isolada, mas articulam-se como instrumentos analíticos que possibilitam uma leitura crítica e totalizante do objeto de estudo.

Essas categorias orientam a leitura da bibliografia e dos documentos normativos, permitindo organizar a análise em torno das dimensões histórica, socioeconômica, familiar, institucional e profissional do fenômeno.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em produções científicas publicadas predominantemente entre 2015 e 2025, especialmente voltadas ao estudo do uso de tecnologias digitais e seus impactos na saúde mental infantojuvenil, incluindo revisões integrativas e estudos empíricos, articuladas a obras clássicas, anteriores a esse recorte temporal, fundamentais para a compreensão histórica e teórica do objeto. Foram priorizadas produções localizadas em bases acadêmicas (SciELO, BVS, CAPES e Google Acadêmico) e institucionais (Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul). A pesquisa documental contempla a análise de legislações e normativas, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990) e o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, Lei nº 15.211/2025 (Brasil, 2025), além de diretrizes relacionadas à proteção integral e à saúde mental infantojuvenil.

A sistematização dos dados realiza-se por meio de análise temática, organizando os conteúdos em eixos articulados aos objetivos do estudo, permitindo identificar padrões, contradições e mediações presentes na literatura.

Para a organização do trabalho, a pesquisa estrutura-se em três seções: a primeira aborda as transformações sócio-históricas da infância e adolescência na sociedade digital contemporânea, intitulada “Infância e adolescência na sociedade digital: transformações sócio-históricas”; a segunda analisa evidências, impactos e controvérsias sobre o uso de telas na saúde mental infantojuvenil, sob o título “Uso de telas e saúde mental: evidências, impactos e controvérsias”; e a terceira examina as mediações sociais que atravessam essa relação, articulando-as às implicações para o Serviço Social, intitulada “Mediações sociais e implicações para o Serviço Social”.

As Considerações Finais retomam os objetivos do estudo, sintetizam os principais achados e apresentam reflexões críticas sobre os limites e possibilidades de intervenção em Serviço Social frente às demandas emergentes da saúde mental de crianças e adolescentes na era digital, indicando também caminhos para pesquisas futuras. Por fim, são apresentadas as Referências, que evidenciam o percurso teórico-metodológico adotado e fundamentam a análise desenvolvida ao longo deste trabalho.

2 USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CONTEMPORANEIDADE

O presente capítulo analisa a relação entre o uso de telas e a saúde mental de crianças e adolescentes na contemporaneidade, compreendendo esse fenômeno como expressão das transformações sociais, culturais e tecnológicas próprias da sociabilidade capitalista. Parte-se do entendimento de que tal relação não pode ser apreendida de forma linear ou reducionista, exigindo uma abordagem que considere suas múltiplas determinações e mediações sociais. Para isso, a discussão é organizada em três eixos articulados: inicialmente, problematizam-se as transformações sócio-históricas da infância e da adolescência na sociedade digital; em seguida, apresentam-se evidências, impactos e controvérsias presentes na literatura sobre o uso intensivo de telas e seus possíveis desdobramentos na saúde mental infantojuvenil; por fim, analisam-se as mediações sociais envolvidas nesse processo, bem como suas implicações para o Serviço Social.

2.1 INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE DIGITAL: TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

A infância e a adolescência são entendidas como categorias sociais e históricas que se transformam conforme os contextos culturais, econômicos e políticos, deixando de ser realidades universais para se tornarem construções produzidas por diferentes formas de regulação e socialização. Nos períodos medieval e moderno, a concepção de infância ainda não correspondia àquela que se conhece atualmente. As crianças eram frequentemente percebidas como pequenos adultos em formação, sendo inseridas precocemente nas práticas sociais e produtivas, assumindo responsabilidades familiares, laborais e comunitárias.

Dessa forma, os processos de socialização ocorriam principalmente por meio da observação, da participação e da internalização das normas sociais, e não por meio de modelos educativos formalizados ou de dispositivos institucionais de proteção. Nessa perspectiva, Ariès (1973) aponta que, na sociedade medieval, não havia um sentimento de infância claramente definido:

na sociedade medieval, o sentimento de infância não existia, o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue a criança do adulto, mesmo jovem. (Ariès, 1973, p. 156).

Embora a interpretação de Ariès (1973) seja referência fundamental, parte da historiografia posterior tem relativizado a ideia de ausência total de sentimento de infância, indicando que não se tratava de falta de cuidado, mas de uma maneira distinta de perceber a criança, ainda sem a diferenciação etária e institucional que se consolidaria posteriormente.

Nesse sentido, a infância nesse período não se restringia ao lazer: brincadeiras e atividades cotidianas constituíam formas de aprendizagem prática, preparando as crianças para os papéis sociais, religiosos e produtivos. Por meio da participação em tarefas domésticas, rituais comunitários e festividades, elas internalizavam normas de conduta e desenvolviam habilidades essenciais à vida coletiva, evidenciando a integração entre infância, dinâmica social e responsabilidades adultas (Ariès, 1973). Diante disso, ainda não havia uma separação rígida entre os universos infantil, juvenil e adulto, o que contribui para compreender a baixa visibilidade social da adolescência como categoria específica nesse período histórico.

Com a transição para a modernidade, passam a emergir distinções mais nítidas entre a infância e a idade adulta. Gradualmente, a sociedade passa a reconhecer a infância como uma etapa específica do ciclo da vida, que requer cuidados e formas particulares de socialização. Esse movimento esteve associado à consolidação de novas práticas educativas, à ampliação da escolarização e à crescente preocupação social com a formação moral das crianças. Embora a disciplina rígida, a moralidade e a preparação para a vida produtiva permanecessem fortemente presentes, começam a surgir iniciativas voltadas à regulamentação do trabalho infantil e à proteção social da infância (Ariès, 1973).

É nesse processo histórico que se delineiam as condições sociais, pedagógicas e institucionais que, posteriormente, possibilitam a emergência da adolescência como categoria diferenciada, situada entre a infância e a vida adulta e marcada por formas específicas de socialização e inserção social.

Entre os séculos XVII e XVIII, o crescimento das cidades e a consolidação dos Estados modernos contribuíram para a emergência de novas formas de regulação da

infância. Instituições como escolas, paróquias e organizações de caridade passaram a constituir espaços nos quais se articulavam normas de conduta, civismo, higiene e disciplina, estabelecendo distinções mais claras entre o universo infantil e o adulto. De maneira complementar, a socialização das crianças passou a incorporar práticas educativas mais sistematizadas, ainda mediadas por valores morais e religiosos (Ariès, 1973).

Além disso, tais instituições não apenas ampliavam as práticas de cuidado e educação, mas também contribuía para a intensificação de mecanismos de controle, disciplina e moralização dos corpos e das condutas, incidindo tanto sobre a infância quanto, de forma ainda incipiente, sobre a juventude em constituição.

No século XIX e início do século XX, a regulamentação do trabalho infantil, a expansão escolar e a consolidação dos sistemas educativos contribuíram para reorganizar a infância. As crianças passaram a ser gradualmente reconhecidas como sujeitos em processo de desenvolvimento, demandando proteção, educação e cuidados específicos. Contudo, essas mudanças ainda estavam profundamente mediadas por valores de moralidade, disciplina e preparação para a vida produtiva.

Nesse percurso histórico, a adolescência passa a adquirir maior visibilidade social, configurando-se progressivamente como uma etapa diferenciada entre a infância e a vida adulta, especialmente em função da ampliação da escolarização, da crescente intervenção de campos como a medicina, a psicologia e o direito na regulação das etapas da vida e da exigência de uma preparação mais prolongada para o trabalho e para a inserção social.

Nas sociedades contemporâneas, novas mudanças sociais e culturais continuam a redefinir a forma como a infância e a adolescência são compreendidas. Dessa maneira, essas etapas da vida devem ser entendidas como construções sociais e históricas, que variam conforme o tempo e o contexto, não podendo ser consideradas realidades universais e imutáveis (Heywood, 2004).

Adicionalmente, Campos (2018, p. 15) observa que “as mudanças trazidas pelas sociedades contemporâneas modificaram a forma de pensar o mundo, principalmente, de pensar a infância”. Sob esse enfoque, essa construção histórica passa a ser atravessada de modo cada vez mais intenso pela cultura midiática e, mais recentemente, pela consolidação da sociedade digital, reconfigurando as formas de socialização, produção de sentidos e processos de subjetivação de crianças e adolescentes.

A constituição da infância como categoria social e histórica específica está relacionada ao desenvolvimento da pedagogia moderna, aos movimentos de proteção à infância e à formulação dos primeiros conceitos de saúde e bem-estar infantil. Entretanto, as desigualdades de classe, gênero, raça e território, articuladas a outras dimensões como acesso a políticas públicas e condições de vida, ainda condicionam o acesso a oportunidades e a direitos, evidenciando que a infância permanece atravessada por múltiplas determinações sociais (Heywood, 2004).

Segundo Ariès (1973), a criança passou a ser progressivamente reconhecida como sujeito de educação e cuidado, distinguindo-se do adulto, embora os mecanismos de controle e socialização ainda permanecessem fortemente condicionados pelos valores sociais e morais de cada período.

Com a entrada no século XX, a infância passa a ser estruturada de forma mais sistemática por conceitos de direitos civis, proteção social e educação formal. A regulamentação do trabalho infantil, o surgimento de políticas públicas de saúde e as orientações pedagógicas modernas consolidam a percepção da criança como sujeito de desenvolvimento integral (Heywood, 2004), ampliando também as instituições responsáveis pela socialização infantil, especialmente a escola e os sistemas de assistência e saúde.

Nesse cenário, os processos de socialização passam a articular experiências escolares, familiares e comunitárias, reforçando normas de disciplina, cooperação e moralidade, ao mesmo tempo em que se ampliam, ainda que de forma gradual, espaços de expressão própria da criança. Também se consolida, nesse contexto, a compreensão de que a adolescência envolve necessidades distintas de convivência, proteção e participação social.

A partir da segunda metade do século XX, o crescimento das mídias de massa e a consolidação das tecnologias de comunicação transformam significativamente os contextos de socialização infantojuvenil. As crianças e os adolescentes passam a ter acesso cada vez mais precoce a informações, narrativas culturais e produtos midiáticos, que influenciam a formação de valores, interesses e identidades. Inicialmente, a televisão e outras mídias ampliaram a circulação de modelos culturais; com a internet, dispositivos móveis e plataformas digitais, as interações ocorrem em fluxo contínuo, em tempo real e com maior personalização dos conteúdos. Buckingham (2007) ressalta:

a mídia eletrônica transformou radicalmente a forma como as crianças percebem o mundo, como se expressam e como constroem identidades. Crescer na era das mídias eletrônicas significa desenvolver competências mediadas por tecnologia, alterando as relações entre pares, família e instituições. (Buckingham, 2007, p. 23).

Com o avanço das tecnologias de comunicação e a expansão das mídias, novas mediações atravessam a experiência da infância e adolescência, ampliando os espaços de socialização para além das instituições tradicionais, como família e escola. Essa transformação, conforme apontada por Buckingham (2007), evidencia que as mídias desempenham papel central na construção de referências culturais, valores e formas de interação, inserindo crianças e adolescentes em dinâmicas culturais mediadas tecnologicamente. Na sociedade digital, marcada pela internet, plataformas, redes sociais, conectividade móvel e mediação algorítmica, essas dinâmicas tornam-se ainda mais intensas, contínuas e personalizadas.

A teoria da sociedade em rede evidencia a inserção de crianças e adolescentes em fluxos digitais contínuos que reorganizam as relações sociais. Segundo Castells (2011, p. 45), essa configuração social, ao inserir indivíduos, inclusive crianças e adolescentes, em ambientes digitais, transforma os processos de produção e circulação da informação, bem como as interações, reconfigurando essas relações no âmbito familiar, escolar e comunitário e produzindo novos padrões de sociabilidade.

Historicamente, esse processo de digitalização da sociedade ganha força com a internet comercial, a popularização de dispositivos móveis, o surgimento das redes sociais e a plataformização de serviços digitais ao longo da segunda metade dos anos 2000, consolidando-se nos anos 2010.

O uso de tecnologias digitais por crianças e adolescentes no Brasil apresenta padrões intensos. Em 2024, 93 % desse grupo já era usuário de internet. Cerca de 70 % dos adolescentes de 13 a 17 anos acessavam redes sociais diariamente, e crianças de 9 a 12 anos também possuíam perfis em plataformas digitais como WhatsApp, YouTube, Instagram e TikTok (CGI.br, 2025). Essas informações sugerem que a socialização e a rotina infantojuvenil se deslocam significativamente para ambientes digitais, consolidando a internet como espaço central de interação, aprendizagem e lazer.

Apesar da ampla difusão digital, observam-se diferenças significativas conforme a localização geográfica. Em áreas urbanas, 83 % das crianças e

adolescentes possuíam perfil em plataformas digitais, contra 81 % nas zonas rurais. Os percentuais por região variaram de 79 % no Sudeste a 89 % no Sul, passando por 85 % no Nordeste, 84 % no Norte e 84 % no Centro-Oeste (CGI.br, 2025). Essas variações indicam que o uso intensivo de tecnologias digitais não é homogêneo em todo o país, ainda que apresente relativa disseminação, refletindo desigualdades estruturais na infraestrutura e nas oportunidades digitais.

A escolaridade dos pais ou responsáveis está associada ao acesso e à forma de uso das tecnologias digitais pelos filhos. Entre crianças cujos responsáveis possuem até o Ensino Fundamental I, 90 % tinham perfil digital; no Ensino Fundamental II, 83 %; e entre aqueles com Ensino Médio ou superior, 80 % (CGI.br, 2025). Isso sugere que o nível educacional influencia não apenas as formas de acesso, mas também a mediação e a orientação no uso digital no contexto familiar.

O padrão de acesso às plataformas digitais também varia de acordo com a classe social. Entre crianças e adolescentes da Classe AB, 70 % possuíam perfil digital, enquanto nas classes C e DE esse percentual atingia 85 % (CGI.br, 2025). Essas diferenças evidenciam que fatores socioeconômicos não determinam linearmente o acesso às plataformas digitais, mas se relacionam às formas distintas de inserção e uso, que podem ocorrer em contextos desiguais de mediação, recursos e oportunidades.

A análise por cor ou raça revela diferenças marcantes no acesso digital. Em 2024, 90 % das crianças brancas e 90 % das amarelas possuíam perfil em plataformas digitais, contra 82 % das pretas, 80 % das pardas e 60 % das indígenas (CGI.br, 2025). Esses números reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam uma inclusão digital equitativa, considerando as desigualdades raciais.

O uso de tecnologias digitais sem supervisão parental ou de responsáveis é outro indicador relevante. Aproximadamente 35 % das crianças e adolescentes relataram utilizar a internet em ambiente privado, sem acompanhamento adulto, percentual que tende a ser mais elevado entre adolescentes de maior idade e aqueles de classes sociais mais altas (CGI.br, 2025). Essas informações mostram que a socialização infantojuvenil passa a ocorrer também em ambientes digitais, mediada por tecnologias e algoritmos, ampliando o acesso a informações, relações e oportunidades, mas ao mesmo tempo expondo crianças e adolescentes a riscos, desigualdades de acesso, desafios de conectividade e dificuldades na mediação parental.

Diante dessas transformações, não é mais possível compreender a infância apenas pelas estruturas tradicionais de família, escola e comunidade física. Bauman (2001) argumenta que a modernidade líquida exige das crianças, e ainda mais dos adolescentes, constante adaptação, experimentação e negociação de identidades, especialmente em contextos digitais, nos quais eles se tornam mais expostos a dinâmicas de pertencimento, autoexposição e busca por validação social:

o “derretimento dos sólidos” é um traço permanente da modernidade, e os elos que antes entrelaçavam escolhas individuais e ações coletivas tornam-se fluidos, afetando as relações sociais, a coordenação das políticas de vida e a própria percepção de segurança e pertencimento. (Bauman, 2001, p. 12).

Nesse contexto, Bauman (2009, p. 22) ilustra as exigências da contemporaneidade com a metáfora do malabarista: “as habilidades exigidas para enfrentar o desafio da manipulação líquido-moderna do reprocessamento e reciclagem da identidade são semelhantes às de um malabarista [...]”. Essa metáfora se evidencia entre adolescentes em redes sociais, que precisam gerenciar simultaneamente sua autoimagem, a percepção de pertencimento a grupos e a pressão por performance e aprovação social, adaptando continuamente sua autoimagem às expectativas digitais e aos feedbacks instantâneos.

Esse processo configura uma dinâmica de individualização infantojuvenil, na qual os vínculos tradicionais tendem a se enfraquecer, e crianças e adolescentes passam a construir suas identidades em múltiplos espaços de interação, tanto físicos quanto digitais. Fragoso (2011) reforça que essas transformações sociais contribuem para o enfraquecimento de referências anteriormente mais estáveis, gerando cenários marcados por maior fluidez nas relações e na organização da vida coletiva. Nesse contexto, embora as mudanças proporcionem novas oportunidades de aprendizagem e interação digital, elas também ampliam contradições, como vigilância digital, consumo direcionado, exposição precoce, cyberbullying, desinformação, exclusão digital e formas renovadas de sofrimento psíquico.

Assim, a infância se apresenta como espaço marcado por simultâneas possibilidades e limitações, com liberdade de expressão, aprendizagem digital e construção de processos identitários, sempre articuladas à supervisão, proteção e orientação institucional. As crianças experienciam o digital de forma mediada, focada em aprendizagem, entretenimento e interação supervisionada. Paralelamente, os

adolescentes vivenciam o digital de forma mais intensa e autônoma, com maior exposição a redes sociais, demandas de pertencimento grupal e pressões por desempenho e validação online.

Pallares-Burke (2004) aponta que a infância contemporânea exige das crianças a capacidade de transitar entre diferentes contextos sociais e normas, mobilizando competências cognitivas, emocionais e sociais cada vez mais complexas. Essas experiências não são homogêneas, pois variam conforme classe social, raça, gênero, território, acesso à internet e condições de mediação familiar e institucional, entre outros fatores sociais, culturais, econômicos e tecnológicos.

No contexto brasileiro contemporâneo, a percepção da criança e do adolescente como sujeitos de desenvolvimento integral encontra seu marco jurídico inicial na Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990). O ECA consolida a Doutrina da Proteção Integral, garantindo que crianças e adolescentes usufruam de todos os direitos fundamentais com prioridade absoluta. Essa mudança representou a passagem de uma concepção tutelar e repressiva, historicamente marcada pelo Código de Menores, para outra fundada na proteção integral e no reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Com a crescente mediação digital nos processos de socialização, a proteção integral foi estendida ao ambiente online por meio do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025), em vigor desde 17 de março de 2026. A referida lei estabelece normas específicas para produtos e serviços digitais acessados por crianças e adolescentes, incluindo obrigações de privacidade por padrão, verificação confiável de idade, ferramentas de supervisão familiar e restrições à coleta e ao tratamento de dados. Tais disposições reforçam a necessidade de atuação articulada entre Estado, família, sociedade e plataformas digitais, contribuindo para que crianças e adolescentes usufruam da internet de forma segura e educativa. Assim, a proteção integral passa a abranger de forma transversal os espaços físicos e digitais, ressaltando a centralidade da mediação tecnológica na infância contemporânea.

Essa base normativa redefine o lugar social da infância no Brasil, ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e demandar a atuação articulada do Estado, da família e da sociedade na sua proteção e desenvolvimento. Nesse sentido, a compreensão da infância contemporânea exige considerar não apenas as dimensões subjetivas, mas também os condicionantes estruturais que

atravessam a garantia de direitos, especialmente considerando as desigualdades sociais e os desafios emergentes da sociedade em rede e da cultura midiática. Para o Serviço Social, essa compreensão exige uma leitura crítica das expressões da questão social, das desigualdades de acesso e das novas formas de violação de direitos mediadas por tecnologias.

Dessa forma, a análise histórica evidencia que a infância deixou de ser compreendida apenas como etapa preparatória para a vida adulta, consolidando-se como um fenômeno socialmente construído, dinâmico e multifacetado. Crianças e adolescentes constroem identidades, aprendem, socializam-se e atuam como sujeitos ativos de suas experiências, marcadas por transformações sociais, culturais, tecnológicas e institucionais.

Essa realidade exige uma análise capaz de articular dimensões estruturais e subjetivas, reconhecendo que o desenvolvimento contemporâneo de crianças e adolescentes ocorre em múltiplos espaços de interação, físicos e digitais, constantemente mediado por instituições, grupos sociais e fluxos culturais. Nesse contexto, a ampliação do acesso à internet, a difusão de dispositivos móveis e a centralidade das plataformas digitais tornam o uso de telas um elemento constitutivo do cotidiano infantojuvenil, exigindo uma avaliação crítica de seus efeitos sobre desenvolvimento, bem-estar e relações sociais.

Perante essas mudanças, torna-se evidente que crianças e adolescentes vivenciam trajetórias complexas, atravessadas por desigualdades estruturais e oportunidades diferenciadas de acesso, participação e aprendizado. O uso intensivo de tecnologias digitais amplia os espaços de interação e socialização, mas também expõe crianças e adolescentes a riscos e desafios, mediados pelo ambiente online, como vigilância digital, desinformação e pressões sociais.

Na próxima seção, serão apresentadas evidências sobre os impactos do uso intensivo de telas na saúde mental de crianças e adolescentes, considerando dimensões de mediação, proteção e socialização, bem como controvérsias relacionadas à vida infantojuvenil.

2.2 USO DE TELAS E SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: EVIDÊNCIAS, IMPACTOS E CONTROVÉRSIAS

A inserção das tecnologias digitais no cotidiano de crianças e adolescentes deixou de ser um fenômeno incipiente, assumindo um caráter estruturante nas formas contemporâneas de socialização, comunicação e construção identitária. No contexto brasileiro, esse processo atinge ampla disseminação: dados da pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024 indicam que 93% da população entre 9 e 17 anos utiliza a internet, sendo que 95% fazem uso da rede diariamente ou quase todos os dias, tendo os smartphones como principal meio de acesso (CGI.br, 2025).

Além da frequência elevada, observa-se intensa participação em plataformas digitais, como aplicativos de mensagens, redes sociais e serviços de compartilhamento de vídeo, evidenciando que grande parte das experiências sociais, culturais e de acesso à informação ocorre em ambientes mediados digitalmente (CGI.br, 2025). Trata-se, portanto, não apenas da ampliação da presença tecnológica no cotidiano, mas de um deslocamento significativo de práticas sociais, em que rotinas de sociabilidade, lazer, reconhecimento e circulação de informações passam a ser progressivamente estruturadas por ambientes plataformizados.

Esse processo reconfigura o debate sobre o uso de telas, deslocando-o de uma perspectiva centrada no tempo de exposição para uma compreensão mais ampla, que reconhece as tecnologias digitais como elementos constitutivos das dinâmicas sociais contemporâneas.

Sob esse prisma, a relação entre uso de telas e saúde mental não pode ser compreendida por modelos lineares de causa e efeito, devendo ser analisada como um fenômeno complexo, influenciado por determinantes individuais, socioeconômicos e culturais. Esses elementos, entretanto, não se configuram como variáveis externas isoladas, mas como mediações que organizam de forma desigual as condições de uso, exposição e proteção, exigindo sua compreensão a partir das determinações sociais que estruturam as experiências infantojuvenis, em consonância com a perspectiva materialista histórico-dialética.

A literatura científica tem apontado, de forma relativamente consistente, relações entre o uso intensivo de telas e indicadores de sofrimento psíquico, como demonstram estudos de Santos et al. (2023), Leung e Torres (2021) e Odgers e Jensen (2020), os quais apontam vínculos entre maior tempo de exposição e sintomas

de ansiedade, depressão e redução do bem-estar psicológico, especialmente entre adolescentes.

Tais achados sugerem que o uso intensivo de telas pode ser um fator de risco relevante, embora não exclusivo, para agravos à saúde mental. Em estudos com grandes amostras populacionais, observa-se que adolescentes com tempo mais elevado de exposição a telas têm maior probabilidade de relatar sintomas depressivos e ansiosos, ainda que tais evidências não permitam inferir relações causais diretas (Santos et al., 2023).

Corroborando essa compreensão, Barbosa, Rocha e Lopes (2023) destacam que o uso excessivo de telas na infância e adolescência está associado a múltiplos prejuízos que ultrapassam a dimensão emocional, afetando também esferas cognitivas, comportamentais e sociais do desenvolvimento.

Ainda assim, tais evidências exigem interpretação cautelosa. Parte significativa dos estudos baseia-se em delineamentos transversais e dados autorreferidos, limitando a possibilidade de estabelecer relações causais robustas. Além disso, a heterogeneidade metodológica, tanto na definição de “tempo de tela” quanto nos instrumentos de mensuração da saúde mental, dificulta a comparação entre resultados e pode favorecer leituras simplificadas do fenômeno.

Como argumentam Odgers e Jensen (2020), ao problematizarem os limites dessas abordagens:

os efeitos das tecnologias digitais sobre a saúde mental dos adolescentes são, em geral, pequenos e altamente dependentes de contextos individuais e sociais, não podendo ser compreendidos apenas a partir de medidas quantitativas de tempo de uso (Odgers; Jensen, 2020, p. 338).

Essa tensão entre evidências empíricas e limitações analíticas constitui um dos principais pontos de controvérsia na literatura contemporânea. De um lado, há estudos que apontam relações significativas entre uso intensivo e sofrimento emocional; de outro, pesquisas longitudinais indicam que tais efeitos podem ser modestos, inconsistentes ou fortemente mediados por fatores externos, como condições prévias de saúde mental, suporte social e contexto familiar. Em alguns casos, sugere-se a possibilidade de causalidade reversa, na qual adolescentes em sofrimento psíquico recorrem com maior intensidade às tecnologias digitais.

Diante desse cenário, a centralidade do “tempo de tela” como variável explicativa vem sendo progressivamente questionada, por não contemplar a complexidade das experiências digitais.

Desse modo, atividades interativas, como comunicação entre pares, produção de conteúdo ou participação em redes de apoio, podem gerar efeitos distintos daqueles associados ao uso passivo e prolongado, a exemplo da navegação contínua em redes sociais ou o consumo excessivo de vídeos.

Essa distinção, contudo, não deve ser compreendida de forma rígida, uma vez que o mesmo ambiente digital pode assumir múltiplas funções e produzir efeitos diversos, a depender do tipo de interação estabelecida, do grau de exposição e da posição ocupada pelo adolescente nas dinâmicas online. Nesse sentido, práticas que envolvem participação ativa podem tanto favorecer experiências de apoio e pertencimento quanto intensificar processos de vigilância, comparação social e conflito, evidenciando a complexidade das interações mediadas digitalmente.

Revisões sistemáticas, como as de Santos et al. (2023), Odgers e Jensen (2020) e Leung e Torres (2021), reforçam essa compreensão, evidenciando que o uso de mídias sociais está frequentemente associado à diminuição do bem-estar psicológico, especialmente quando marcado por padrões de comparação social e exposição contínua a conteúdos idealizados. Ao mesmo tempo, tais análises apontam significativa variabilidade nos resultados, indicando que os efeitos dependem de fatores como gênero, contexto de uso e tipo de interação nas plataformas digitais (Santos et al., 2023).

Nesse cenário analítico, pesquisas longitudinais, como aquelas derivadas do estudo Adolescent Brain Cognitive Development (ABCD), também indicam a existência de associações entre maior exposição a telas e sintomas de depressão em crianças e adolescentes. Contudo, esses efeitos tendem a apresentar baixa magnitude e forte dependência de variáveis contextuais, o que reforça a necessidade de análises mais refinadas. Em investigações com amostras representativas, adolescentes com maior tempo diário de exposição a telas apresentam maiores chances de relatar sintomas depressivos e ansiosos quando comparados àqueles com menor exposição, ainda que tais associações não possam ser interpretadas como evidência de relação causal direta entre exposição e desfechos relacionados à saúde mental (Santos et al., 2023).

Outro elemento frequentemente abordado é a relação entre uso de telas e padrões de sono. Evidências indicam que a exposição a dispositivos digitais, especialmente à noite, pode comprometer a qualidade e a duração do sono, afetando o bem-estar emocional. Entretanto, análises recentes sugerem que o sono não explica integralmente a relação entre tempo de tela e saúde mental, indicando outros mediadores relevantes (Leung; Torres, 2021).

Diante disso, a relação entre uso de telas e saúde mental não pode ser compreendida de forma linear ou determinista. A heterogeneidade dos achados e as limitações metodológicas exigem uma abordagem que considere, de forma articulada, as dimensões quantitativas e qualitativas, bem como os contextos sociais e relacionais.

Essa compreensão implica reconhecer que o uso de tecnologias digitais, as expressões de sofrimento psíquico e as mediações institucionais se articulam no interior de relações sociais historicamente produzidas, evidenciando que tais processos não se dão de forma isolada, mas são atravessados por desigualdades, condições de vida e formas de organização social estruturalmente condicionadas.

Ao aprofundar a análise dos impactos do uso intensivo de tecnologias digitais sobre a saúde mental infantojuvenil, evidencia-se que a problemática extrapola o tempo de exposição, envolvendo de forma significativa as experiências vivenciadas nos ambientes digitais.

A literatura recente destaca que os efeitos das telas não decorrem apenas da frequência de uso, mas da qualidade das interações, especialmente quando estas se configuram como experiências adversas, como humilhações, ofensas, discriminações ou constrangimentos públicos, exposição a conteúdos nocivos ou relações sociais hostis (Santos et al., 2023).

No Brasil, dados da TIC Kids Online 2024 indicam que cerca de 29% das crianças e adolescentes relatam ter sido ofendidos ou discriminados online, enquanto aproximadamente 30% interagiram com desconhecidos, expondo-se a riscos relevantes (CGI.br, 2025). Esses dados evidenciam que o ambiente digital não é neutro, sendo atravessado por dinâmicas sociais que podem intensificar vulnerabilidades, especialmente em sujeitos em processo de desenvolvimento.

Além disso, cerca de 44% relatam buscar apoio em resposta a experiências negativas vivenciadas na internet (CGI.br, 2025), demonstrando que a vivência digital envolve processos contínuos de negociação emocional e enfrentamento de desafios

peçoais. Essa busca por suporte indica que a vivência digital vai além do entretenimento ou da comunicação, implicando exposição a situações que demandam elaboração subjetiva e podem impactar diretamente o bem-estar psicológico.

Revisões sistemáticas, como a de Santos et al. (2023), e estudos de síntese de Odgers e Jensen (2020), indicam que o uso de mídias sociais marcado por exposição contínua à avaliação dos pares e padrões idealizados de vida está frequentemente associado à diminuição do bem-estar psicológico, com efeitos particularmente acentuados entre adolescentes do sexo feminino.

Contudo, é necessário evitar interpretações simplistas que estabeleçam relações causais diretas entre uso de telas e sofrimento psíquico. De modo semelhante, parte da literatura contemporânea tem problematizado leituras deterministas, ao evidenciar que o engajamento em ambientes digitais pode tanto refletir quanto influenciar estados emocionais preexistentes (Odgers; Jensen, 2020). Em outras palavras, adolescentes em sofrimento podem recorrer mais intensamente às tecnologias digitais como forma de busca de acolhimento, distração ou pertencimento, produzindo assim associações estatísticas entre uso elevado e pior saúde mental sem que exista necessariamente uma relação de causalidade direta.

Essa perspectiva é reforçada por estudos longitudinais que, embora identifiquem associações entre uso de telas e sintomas de ansiedade e depressão, indicam que tais efeitos tendem a apresentar baixa magnitude e forte dependência de variáveis contextuais e individuais (Odgers; Jensen, 2020; Santos et al., 2023). Tais achados sugerem que o uso de tecnologias digitais deve ser compreendido como parte de um sistema mais amplo de relações sociais e emocionais, e não como um fator isolado de risco.

Outro aspecto relevante diz respeito à mediação de fatores comportamentais associados ao uso intensivo de telas. Pesquisas indicam que altos níveis de exposição digital frequentemente se articulam a padrões de vida sedentários, redução da atividade física e alterações nos hábitos de sono, elementos que, em conjunto, podem contribuir para o agravamento de sintomas emocionais (LeBlanc et al., 2020; Leung; Torres, 2021). Conseqüentemente, o impacto das tecnologias digitais não ocorre de maneira direta, mas por meio de um conjunto de práticas e rotinas que se articulam às condições concretas de vida dos sujeitos, influenciando suas experiências de sofrimento psíquico.

A literatura destaca que as experiências digitais podem assumir caráter ambivalente, uma vez que, ao mesmo tempo em que expõem os sujeitos a riscos, também podem favorecer a construção de vínculos sociais, acesso à informação e formas de apoio entre pares, especialmente em contextos de vulnerabilidade (Odgers; Jensen, 2020). Essa ambivalência reforça a necessidade de compreender o ambiente digital como um espaço simultaneamente produtor de riscos e de oportunidades, cuja influência sobre a saúde mental depende das condições concretas de uso e das redes de suporte social disponíveis.

Diante desse quadro, torna-se evidente que a interpretação do uso de telas e da saúde mental exige uma abordagem que considere simultaneamente dimensões quantitativas e qualitativas, bem como os contextos sociais nos quais se inserem as experiências digitais. A heterogeneidade dos achados científicos indica que não é possível reduzir o fenômeno a explicações unidimensionais, o que demanda analisar tanto os riscos quanto as oportunidades associadas à vivência digital.

Assim, mais do que identificar relações diretas entre tempo de tela e sofrimento psíquico, a literatura contemporânea destaca a necessidade de compreender como as experiências digitais são vivenciadas, interpretadas e socialmente mediadas. Sob essa ótica, o debate sobre o uso de tecnologias digitais desloca-se de uma lógica centrada no controle individual do comportamento para uma perspectiva que reconhece a centralidade das condições sociais, das relações interpessoais e dos processos de mediação na constituição da saúde mental na infância e adolescência em sua complexidade.

Dentre os diferentes riscos associados ao uso de tecnologias digitais, o *cyberbullying* sobressai como uma das manifestações mais recorrentes e com maior potencial de impacto sobre a saúde mental infantojuvenil, exigindo, portanto, análise específica. Caracterizado por práticas reiteradas de agressão, humilhação ou intimidação mediadas por dispositivos digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de compartilhamento de conteúdo, o fenômeno reflete e, em muitos casos, intensifica dinâmicas de violência já presentes nas relações sociais presenciais (Bottino et al., 2015). Esse processo reforça sua relevância enquanto fenômeno de risco para a saúde mental infantojuvenil no contexto contemporâneo.

A literatura científica aponta que a prevalência do *cyberbullying* entre adolescentes apresenta variações significativas, podendo oscilar de aproximadamente 6,8% a 35,4%, a depender dos contextos analisados e dos critérios

metodológicos adotados (Bottino et al., 2015). Tal amplitude, longe de atenuar a relevância do fenômeno, evidencia sua presença consistente em distintas realidades socioculturais, configurando-se como uma dimensão estruturante das experiências de risco no ambiente digital.

Do ponto de vista dos impactos psicossociais, há relativa convergência na literatura quanto à associação entre vivências de cyberbullying e desfechos negativos em saúde mental. Adolescentes envolvidos nessas dinâmicas, seja como vítimas, agressores ou em ambas as condições simultaneamente, apresentam maior probabilidade de desenvolver sintomas de depressão, ansiedade, estresse emocional, baixa autoestima e isolamento social, em comparação àqueles não expostos a esse tipo de violência (Bottino et al., 2015).

Pesquisas indicam que o envolvimento em situações de cyberbullying pode se associar tanto a dificuldades nas relações interpessoais e prejuízos no funcionamento social, quanto a sintomas depressivos, evidenciando seu impacto para além da esfera emocional imediata e sua relevância dentro do conjunto de fatores que permeiam o sofrimento psíquico na adolescência (Bottino et al., 2015).

Sobre a magnitude desses impactos, Bottino et al. (2015) apontam que:

adolescentes envolvidos em cyberbullying, especialmente na condição de vítimas, apresentam maior probabilidade de relatar sintomas de depressão, ansiedade, baixa autoestima e isolamento social, evidenciando que a exposição a agressões mediadas por tecnologias digitais constitui um fator relevante de risco para a saúde mental (Bottino et al., 2015, p. 470).

Além dos sintomas emocionais imediatos, as consequências associadas ao cyberbullying podem assumir caráter mais duradouro, afetando dimensões relevantes do desenvolvimento social e subjetivo. Estudos sistematizados na literatura indicam que jovens expostos a essas experiências podem apresentar dificuldades de concentração, retraimento social, alterações de humor e comprometimento das relações interpessoais, podendo, em casos mais graves, desencadear quadros de ideação suicida ou comportamentos autolesivos (Bottino et al., 2015).

Entretanto, é fundamental compreender que o cyberbullying não constitui um fenômeno isolado, mas se articula a outras formas de violência e vulnerabilidade já presentes nas trajetórias dos sujeitos. Pesquisas indicam que adolescentes que vivenciam agressões no ambiente digital frequentemente também estão expostos a

situações de bullying no contexto escolar ou a outras experiências adversas, evidenciando a continuidade entre os contextos offline e online (Bottino et al., 2015).

Essa interconexão reforça a necessidade de superar análises fragmentadas, reconhecendo que as violências digitais se inserem em um conjunto mais amplo de expressões da questão social na contemporaneidade.

Adicionalmente, o ambiente digital apresenta especificidades que podem potencializar os efeitos dessas violências. A ampla disseminação de conteúdos, a permanência das publicações e o alcance ampliado das interações tornam as experiências de humilhação mais intensas e difíceis de interromper, agravando seus impactos subjetivos sobre as vítimas. Nesse sentido, a exposição pública e a lógica de visibilidade característica das plataformas digitais contribuem para a intensificação de sentimentos de vergonha, inadequação e insegurança social.

Outro aspecto relevante refere-se à articulação entre o cyberbullying e as dinâmicas próprias das redes sociais, como a comparação social constante, a busca por validação e a exposição a padrões idealizados de vida, elementos que podem agravar os efeitos negativos sobre a saúde mental (Santos et al., 2023).

Nesse contexto, estudos como os de Santos et al. (2023), Odgers e Jensen (2020) e Leung e Torres (2021) têm enfatizado que não é apenas o tempo de uso das tecnologias digitais que se mostra relevante, mas, sobretudo, a natureza das interações estabelecidas nesses ambientes. Padrões de uso marcados por intenso engajamento emocional, exposição a conflitos e interações negativas apresentam maior associação com sintomas de ansiedade e depressão, em comparação ao simples tempo de tela.

Essa constatação reforça a crítica às abordagens que reduzem o fenômeno a indicadores quantitativos, desconsiderando a complexidade das experiências digitais vivenciadas pelos sujeitos.

Por fim, a análise do cyberbullying no contexto mais amplo das tecnologias digitais evidencia que as plataformas online não apenas reproduzem relações sociais existentes, mas também podem aprofundar desigualdades, hierarquias e dinâmicas de exclusão. Assim, embora não se possa atribuir ao uso de telas, de forma isolada, uma relação de causalidade direta com os agravos à saúde mental, como discutido por Bottino et al. (2015) e Santos et al. (2023), há consenso na literatura de que experiências digitais marcadas por violência e hostilidade constituem fatores

relevantes de risco, especialmente quando articuladas a outras vulnerabilidades sociais.

Nesse sentido, o enfrentamento dos impactos do cyberbullying exige abordagens que ultrapassem a responsabilização individual, incorporando estratégias de prevenção, mediação e proteção que envolvam a família, a escola e ações articuladas de políticas públicas, bem como a atuação de profissionais de diferentes áreas. Implica, ainda, o reconhecimento do ambiente digital como um espaço social que demanda regulação, cuidado e intervenção qualificada, conforme discutido por Bottino et al. (2015) e Odgers e Jensen (2020).

A compreensão da relação entre uso intensivo de tecnologias digitais e saúde mental infantojuvenil exige, necessariamente, a incorporação das mediações sociais que estruturam essa experiência. Diante disso, fatores como dinâmicas familiares, práticas educativas, condições socioeconômicas e acesso a redes de apoio constituem elementos centrais para a análise dos impactos do uso de telas, deslocando o foco de interpretações individualizantes para uma perspectiva que reconhece a determinação social dos processos de saúde e adoecimento.

Estudos indicam que a presença de suporte social consistente atua como importante fator de proteção frente aos possíveis efeitos negativos do uso intensivo de tecnologias digitais, contribuindo para melhores indicadores de bem-estar psicológico entre crianças e adolescentes, mesmo em contextos de elevada exposição às telas (Santos et al., 2023; Odgers e Jensen, 2020).

Esta evidência reforça a compreensão de que os impactos das telas não se distribuem de forma homogênea, sendo mediados por condições concretas de vida e pelas possibilidades de elaboração subjetiva das experiências digitais.

Tal leitura sustenta uma crítica fundamental às abordagens que tratam o uso de telas como fator de risco isolado. Ao privilegiar análises centradas exclusivamente no tempo de exposição, essas leituras desconsideram que o sofrimento psíquico na infância e na adolescência é produzido em contextos sociais específicos, nos quais se articulam desigualdades estruturais, fragilidades nos vínculos sociais e insuficiência de políticas públicas de proteção. Portanto, o uso intensivo de tecnologias digitais deve ser compreendido como parte de um conjunto mais amplo de determinações que atravessam a vida dos sujeitos, como evidenciam Santos et al. (2023) e Odgers e Jensen (2020).

No âmbito familiar, a literatura aponta que práticas de mediação qualitativa, como acompanhamento do uso, diálogo sobre conteúdos acessados e estabelecimento de limites negociados, desempenham papel fundamental na redução de riscos e na promoção de experiências digitais mais saudáveis. Nesse sentido, estudos sobre mediação parental indicam que diferentes estratégias familiares de suporte, supervisão e orientação crítica estão associadas a formas mais adaptativas de uso digital por crianças e adolescentes (Pfetsch, 2018; Maidel & Vieira, 2015; Giovanelli et al., 2025).

Segundo esses autores, mais do que o controle rígido do tempo de tela, o que se mostra relevante é o desenvolvimento de competências para interpretar e gerir interações digitais, fundamentais para que os jovens utilizem as tecnologias de forma mais consciente. Essas competências, por sua vez, dependem das condições concretas das famílias, incluindo recursos materiais e contextos sociais que possibilitam orientação e proteção adequadas, influenciando, assim, a qualidade das experiências digitais.

Entretanto, tais formas de mediação não se distribuem de maneira equitativa na sociedade. As desigualdades socioeconômicas influenciam diretamente tanto o acesso às tecnologias quanto a qualidade das experiências digitais. Em contextos de maior vulnerabilidade social, o smartphone frequentemente constitui o principal, ou único meio de acesso à internet, limitando as possibilidades de uso educativo e ampliando a exposição a conteúdos e interações potencialmente prejudiciais (CGI.br, 2025). A sobrecarga cotidiana, a instabilidade material e a redução do tempo disponível para acompanhamento dificultam a supervisão e a mediação do uso digital, restringindo as oportunidades de experiências mais saudáveis e orientadas.

Sob a perspectiva de Iamamoto (2012), que analisa como as transformações do capitalismo aprofundam desigualdades e geram novas formas de vulnerabilidade, é possível compreender que o ambiente digital tende a reproduzir e intensificar desigualdades sociais já existentes, ainda que a autora não trate especificamente de tecnologias digitais. Essas desigualdades se refletem no acesso limitado a recursos, na menor capacidade de supervisão familiar e na redução de oportunidades para experiências digitais mais seguras e educativas, o que, por sua vez, pode afetar o bem-estar e a saúde mental de crianças e adolescentes.

No campo educacional, a escola emerge como espaço privilegiado de mediação das experiências digitais. Para além de sua função tradicional de

transmissão de conteúdos, a instituição escolar pode desempenhar papel estratégico na promoção do letramento digital crítico, entendido como a capacidade de compreender, analisar e problematizar conteúdos, dinâmicas e relações mediadas por tecnologias digitais, capacitando crianças e adolescentes a apreenderem os riscos, as lógicas de funcionamento das plataformas e os impactos de suas interações no ambiente digital. Ademais, a escola configura-se como espaço relevante para a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, podendo articular ações com a rede de proteção social e de saúde (Odgers e Jensen, 2020).

Contudo, essa função não pode ser compreendida de forma isolada, uma vez que sua efetividade está condicionada às condições institucionais concretas em que a escola se insere, bem como à articulação intersetorial com políticas públicas e serviços das áreas da saúde e da assistência social.

A literatura evidencia que a mediação do uso de tecnologias digitais constitui fator relevante de proteção frente aos riscos associados à hiperexposição, reforçando a importância de ações articuladas entre diferentes esferas sociais (Giovanelli et al., 2025; Santos et al., 2023). Assim, a gestão das experiências digitais no contexto educacional insere-se em um conjunto mais amplo de determinações sociais, que condicionam tanto as possibilidades de intervenção quanto a efetividade das estratégias de promoção do bem-estar infantojuvenil.

A análise dessas mediações permite compreender que os impactos do uso de tecnologias digitais sobre a saúde mental não decorrem de uma relação direta entre indivíduo e tecnologia, mas de um processo socialmente determinado, no qual se entrelaçam dimensões estruturais, relacionais e subjetivas. Sob essa leitura ampliada, o uso de telas deve ser interpretado como uma expressão contemporânea das dinâmicas mais amplas da questão social, que se manifestam como novas vulnerabilidades, riscos e demandas por proteção.

Em vista disso, a atuação do Serviço Social assume papel estratégico. Inseridos em políticas públicas nas áreas da saúde, educação e assistência social, os assistentes sociais encontram-se em posição privilegiada para identificar situações de vulnerabilidade relacionadas ao uso de tecnologias digitais, bem como para desenvolver ações de orientação, prevenção e articulação de redes de apoio. Essa atuação exige uma compreensão ampliada do fenômeno, que vá além da responsabilização individual e integre a análise das condições sociais que determinam as experiências digitais.

Sob essa ótica, como adverte Bobbio (2004) ao refletir sobre os desafios contemporâneos da proteção de direitos:

o crescimento do saber só fez aumentar a possibilidade do homem de dominar a natureza e os outros homens, o que exige novas formas de proteção dos direitos fundamentais diante das transformações tecnológicas (Bobbio, 2004, p. 96).

Essa reflexão é particularmente pertinente no contexto atual, em que as tecnologias digitais configuram novos espaços de sociabilidade, mas também constituem campos de risco e violação de direitos. No caso de crianças e adolescentes, tais desafios demandam a efetivação do princípio da proteção integral, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), bem como a incorporação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025), que entrou em vigor em 17 de março de 2026 e que estabelece diretrizes de proteção de direitos no ambiente digital.

Em síntese, as evidências analisadas ao longo desta seção indicam que o uso de tecnologias digitais e seus impactos na saúde mental de crianças e adolescentes constituem um fenômeno complexo, multifacetado e profundamente atravessado por desigualdades sociais. Longe de se restringir a uma relação direta entre tempo de tela e sofrimento psíquico, trata-se de um processo socialmente determinado por fatores como a qualidade das interações digitais, as experiências adversas online, as condições socioeconômicas, suporte familiar e acesso a redes de proteção.

Por conseguinte, o enfrentamento dos desafios associados ao uso de telas exige respostas que articulem diferentes dimensões, sejam elas individuais, familiares, institucionais ou estruturais, superando abordagens reducionistas e moralizantes. Trata-se de reconhecer que a saúde mental infantojuvenil, na era digital, é produzida na interseção entre tecnologia e condições concretas de vida, demandando intervenções que considerem essa complexidade.

Adicionalmente, os impactos do uso de tecnologias digitais colocam novos desafios para as políticas públicas e para os serviços de saúde mental infantojuvenil, exigindo respostas intersetoriais que articulem proteção, prevenção e promoção do bem-estar. Nesse contexto, as experiências digitais devem ser compreendidas como parte das expressões contemporâneas da questão social, demandando análises e intervenções que considerem suas múltiplas determinações.

Assim, embora esta seção tenha evidenciado que os impactos do uso de tecnologias digitais sobre a saúde mental infantojuvenil não podem ser dissociados das condições sociais de vida, torna-se necessário avançar, na seção seguinte, para a identificação mais precisa das principais mediações sociais que conformam essa relação, bem como para a discussão de suas implicações analíticas e interventivas no campo do Serviço Social.

2.3 MEDIAÇÕES SOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

A análise da relação entre o uso de tecnologias digitais e a saúde mental de crianças e adolescentes exige o afastamento de abordagens explicativas baseadas em causalidades diretas, que tendem a associar, de forma linear, o tempo de exposição às telas a desfechos psíquicos específicos. Tal perspectiva, embora amplamente difundida, mostra-se limitada para apreender a complexidade do fenômeno, na medida em que desconsidera os contextos sociais, familiares, institucionais e socioeconômicos nos quais o uso das tecnologias se insere. Desse modo, a análise não pode se limitar à pergunta sobre “quanto tempo” crianças e adolescentes permanecem diante das telas, devendo, antes, considerar em quais condições sociais, familiares, institucionais e econômicas esse uso ocorre, quais sentidos assume no cotidiano e quais recursos de proteção, orientação e cuidado estão ou não disponíveis.

Como apontam Odgers e Jensen (2020, p. 338), “os efeitos do uso de mídias digitais sobre a saúde mental de adolescentes são pequenos, inconsistentes e altamente dependentes do contexto, variando conforme fatores sociais, ambientais e individuais”, o que evidencia a insuficiência de explicações reducionistas e descontextualizadas. Nessa direção, Santos et al. (2023, p. 221) afirmam que “a relação entre tecnologias digitais e saúde mental não pode ser compreendida de forma isolada, sendo mediada por condições sociais, qualidade das interações e contextos de vida”, reforçando a necessidade de uma abordagem que considere múltiplas determinações.

A categoria de mediação, no âmbito da tradição crítico-dialética do Serviço Social, permite analisar como as determinações estruturais se expressam nas experiências concretas dos sujeitos. Nesse sentido, Iamamoto (2012) enfatiza a necessidade de uma análise da questão social que articule estrutura e vida cotidiana,

a partir da apreensão das múltiplas determinações que incidem sobre as condições de vida dos sujeitos. A autora assinala:

a análise da questão social exige a apreensão das múltiplas determinações que incidem sobre as condições de vida dos sujeitos, articulando as dimensões estruturais da sociedade capitalista às formas concretas de existência, tal como se manifestam no cotidiano. Trata-se de superar tanto as leituras que reduzem os fenômenos à sua aparência imediata quanto aquelas que os explicam exclusivamente por determinações abstratas, dissociadas da vida real (Iamamoto, 2012, p. 84).

Em consonância com essa abordagem, Netto (2011) destaca que as expressões da questão social são mediadas por processos históricos e sociais que articulam totalidade e particularidade. Assim, o autor afirma:

as expressões da questão social não se oferecem à análise de forma imediata, como dados transparentes da realidade. Ao contrário, elas são mediadas por um conjunto de determinações históricas que articulam a totalidade social às suas formas particulares de manifestação, exigindo uma abordagem que apreenda essas mediações e recuse tanto o empirismo quanto o reducionismo (Netto, 2011, p. 160).

Esse referencial teórico-metodológico permite compreender que o uso de tecnologias digitais se configura como prática social, inserida em um conjunto mais amplo de relações que envolvem família, escola, território e condições socioeconômicas. Dessa forma, o ambiente digital deve ser entendido como parte constitutiva das formas contemporâneas de sociabilidade. Conforme analisa Castells (2011), a sociedade em rede reorganiza profundamente as formas de interação social, a produção de identidades e a construção de pertencimentos, configurando novos modos de inserção dos sujeitos na vida social. Tal dinâmica é aprofundada por Sales e Ruiz (2009), ao destacarem o papel ativo dos meios de comunicação na formação de subjetividades:

ao lado de sua missão noticiosa, os meios imbuíram-se também do papel de difusores das artes, do divertimento e do espetáculo, interagindo com as diversas classes e grupos sociais existentes e atuando diretamente na formação de consciências coletivas. Isso significa que não apenas informam, mas também produzem sentidos, valores e formas de percepção da realidade, podendo inclusive construir simulacros que substituem ou ressignificam a experiência social concreta (Sales; Ruiz, 2009, p. 37).

Além disso, os meios de comunicação não podem ser compreendidos como espaços neutros de circulação da informação, uma vez que se inserem em relações

de poder e desigualdade, atuando também na definição do que ganha visibilidade e legitimidade social. Sales e Ruiz (2009) apontam a concentração do poder midiático como elemento central na sociedade contemporânea:

a não democratização da informação situa-se no contexto de forte concentração do poder midiático nas mãos de grupos empresariais que decidem o que milhões de pessoas irão ver e ouvir, o que evidencia que o acesso à informação não é apenas uma questão técnica, mas profundamente política, relacionada às disputas por poder e hegemonia na sociedade (Sales; Ruiz, 2009, p. 22).

Essa dimensão é fundamental para compreender que crianças e adolescentes não apenas utilizam tecnologias digitais, mas também se encontram inseridos em um ambiente estruturado por interesses econômicos, políticos e culturais, que influenciam diretamente suas formas de percepção, interação e construção de identidade.

Além dessas dimensões, é necessário considerar a mediação sociotécnica exercida pelas próprias plataformas digitais. Os ambientes digitais não são espaços neutros, uma vez que seus mecanismos de recomendação, visibilidade, curtidas, compartilhamentos e permanência tendem a organizar formas específicas de interação, reconhecimento e comparação social.

Nesse contexto, a experiência digital contemporânea apresenta um caráter ambivalente, combinando potencialidades de acesso à informação e riscos associados à fragmentação das experiências sociais. Como destacam Sales e Ruiz (2009, p. 36), “no reino das aparências da sociedade de consumo, tudo tende a assumir um caráter supérfluo e descartável, impactando diretamente a formação das subjetividades contemporâneas”, o que reforça a necessidade de uma análise crítica dos efeitos dessas dinâmicas sobre o desenvolvimento infantojuvenil. Nesse sentido, essa ambivalência é central para evitar leituras moralizantes ou culpabilizadoras. O uso das tecnologias pode favorecer aprendizagem, vínculos, lazer, comunicação e acesso à informação, mas também pode intensificar isolamento, comparação social, exposição a conteúdos nocivos, cyberbullying e dependência de validação. A questão analítica, portanto, não é classificar as telas como boas ou ruins em si mesmas, mas compreender em que condições seu uso contribui para proteção, desenvolvimento ou sofrimento.

Assim, a relação entre uso de tecnologias digitais e saúde mental deve ser compreendida como fenômeno socialmente determinado, atravessado por múltiplas

mediações que articulam dimensões familiares, institucionais, territoriais, socioeconômicas e sociotécnicas. Como sintetizam Odgers e Jensen (2020, p. 339), “os riscos e benefícios associados ao uso de mídias digitais dependem menos do tempo de uso em si e mais das condições em que esse uso ocorre, incluindo suporte familiar, contexto social e desigualdades estruturais”, evidenciando que o debate não pode se restringir à exposição às telas, mas deve considerar o conjunto de determinações responsáveis por configurar as experiências digitais. Esse entendimento fundamenta a análise das mediações sociais, permitindo identificar as articulações existentes entre o uso de tecnologias e seus possíveis impactos na saúde mental, em consonância com o objetivo específico deste estudo.

Para fins desta análise, as mediações sociais serão compreendidas como os processos que articulam o uso das tecnologias digitais às condições concretas de vida de crianças e adolescentes. Entre essas mediações, destacam-se a família, as instituições sociais, o território, as desigualdades socioeconômicas e a própria organização das plataformas digitais. Essa delimitação permite responder à questão norteadora do estudo, pois desloca a análise de uma relação direta entre telas e saúde mental para uma compreensão mediada, histórica e socialmente determinada.

No plano mais imediato da vida cotidiana, a família aparece como uma das primeiras mediações entre crianças, adolescentes e tecnologias digitais. Nesse sentido, a mediação familiar constitui dimensão fundamental para a leitura das relações entre o uso de tecnologias digitais e a saúde mental de crianças e adolescentes, na medida em que se refere às formas concretas de organização da vida cotidiana, às práticas de cuidado e às possibilidades de acompanhamento das experiências digitais. Contudo, a família não pode ser compreendida como instância isolada ou homogênea, mas como um espaço social atravessado por determinações estruturais que condicionam suas capacidades de proteção e regulação. Sob esse enfoque, Iamamoto (2012, p. 102) afirma que “as condições de vida das famílias não são dadas naturalmente, mas produzidas socialmente, sendo atravessadas por determinações econômicas, políticas e culturais que incidem diretamente sobre suas formas de organização e reprodução”, o que implica reconhecer que as práticas parentais estão vinculadas às condições objetivas de existência. Isso significa que a mediação familiar não pode ser avaliada apenas pela existência ou ausência de regras sobre tempo de tela. Ela envolve diálogo, acompanhamento dos conteúdos acessados, orientação sobre riscos, construção de confiança, definição de limites

possíveis e capacidade dos responsáveis de reconhecer sinais de sofrimento associados às experiências digitais.

No que se refere ao uso de tecnologias digitais, a literatura evidencia que a mediação familiar exerce influência significativa sobre a forma como crianças e adolescentes se relacionam com o ambiente digital. No entanto, esse processo não pode ser reduzido ao controle do tempo de tela, sendo necessário considerar a qualidade das interações estabelecidas. Segundo Pfetsch (2018):

a mediação parental eficaz envolve um conjunto complexo de práticas que incluem comunicação ativa, orientação, acompanhamento e participação nas experiências digitais das crianças e adolescentes, não se limitando à imposição de regras ou à restrição do tempo de uso, mas contribuindo para o desenvolvimento de competências críticas e para a capacidade de lidar com riscos no ambiente online (Pfetsch, 2018, p. 118).

Essa formulação desloca o foco de uma abordagem normativa para um enfoque relacional, evidenciando que o elemento central da mediação familiar reside na construção de vínculos que possibilitem a interpretação e a elaboração das experiências digitais.

Sob essas condições, a possibilidade de exercer esse tipo de mediação encontra limites concretos nas condições materiais de vida das famílias, especialmente no contexto de intensificação do trabalho no capitalismo contemporâneo. Para Antunes (2018):

a nova morfologia do trabalho, marcada pela flexibilização, pela intensificação e pela precarização, amplia a exploração da força de trabalho e invade o tempo de vida dos trabalhadores, reduzindo significativamente o tempo disponível para a convivência social e familiar, ao mesmo tempo em que impõe uma lógica de permanente disponibilidade (Antunes, 2018, p. 143).

Essa dinâmica impacta diretamente o cotidiano familiar, restringindo as possibilidades de acompanhamento das atividades digitais de crianças e adolescentes. Em contextos de jornadas extensas, múltiplos vínculos empregatícios e instabilidade econômica, o uso de dispositivos digitais tende a assumir funções relacionadas à organização da rotina doméstica, sendo frequentemente incorporado como recurso de gestão do tempo e de organização das atividades das crianças. Essa constatação possui implicações diretas para o trabalho em Serviço Social, pois impede que o uso intenso de telas seja interpretado automaticamente como negligência familiar. Em muitos casos, ele expressa a combinação entre precarização

do trabalho, ausência de redes de apoio, insuficiência de equipamentos públicos de lazer e sobrecarga do cuidado no cotidiano doméstico.

Tal processo deve ser compreendido no contexto das transformações contemporâneas nas formas de sociabilidade, marcadas pela centralidade das mediações tecnológicas. A partir dessa leitura, Sibilia (2012) aponta que as tecnologias digitais não apenas ampliam as possibilidades de comunicação, mas reconfiguram os próprios modos de convivência:

as telas, cada vez mais presentes no cotidiano, não funcionam apenas como ferramentas, mas como ambientes nos quais se desenrolam as interações sociais, transformando os modos de estar junto e reorganizando as formas de presença, vínculo e compartilhamento entre os sujeitos (Sibilia, 2012, p. 89).

Desse modo, o uso de tecnologias no âmbito familiar não pode ser interpretado como simples escolha individual ou falha de cuidado, mas como expressão de mudanças mais amplas na organização da vida social.

Um elemento central diz respeito à divisão sexual do trabalho, que incide diretamente sobre as práticas de cuidado e acompanhamento das crianças. De acordo com Federici (2017):

o trabalho reprodutivo, responsável pela manutenção da vida e pela reprodução da força de trabalho, permanece majoritariamente sob responsabilidade das mulheres, sendo historicamente desvalorizado e invisibilizado, ainda que fundamental para a sustentação do sistema capitalista (Federici, 2017, p. 67).

Essa desigual distribuição do trabalho de cuidado implica uma sobrecarga capaz de limitar as possibilidades de acompanhamento sistemático das experiências digitais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, nos quais a ausência de redes de apoio tende a intensificar as dificuldades enfrentadas pelas famílias. Nesse ponto, é fundamental que a análise profissional não recaia sobre a responsabilização individual das mães ou responsáveis, mas identifique as condições sociais que produzem a sobrecarga do cuidado. Para o Serviço Social, isso implica considerar a divisão sexual do trabalho, a ausência de suporte comunitário e a insuficiência de políticas públicas como elementos que atravessam a mediação familiar.

Além das condições materiais, a qualidade dos vínculos familiares constitui elemento decisivo na forma como crianças e adolescentes vivenciam o ambiente digital. Estudos indicam que contextos familiares caracterizados por diálogo, apoio emocional e presença ativa dos responsáveis favorecem a construção de estratégias de enfrentamento diante de situações adversas. Nessa direção, Müller e Fantin (2022, p. 74) afirmam que “a mediação familiar baseada na escuta, no diálogo e na orientação contribui para o desenvolvimento de competências socioemocionais, fundamentais para a interpretação crítica das experiências digitais e para a proteção frente a riscos”.

Em contrapartida, a ausência de acompanhamento, a fragilidade dos vínculos e a presença de conflitos familiares podem potencializar os impactos negativos dessas experiências. De acordo com Giovanelli et al. (2025, p. 9), “contextos familiares com baixa supervisão e menor envolvimento parental estão associados a maior exposição a riscos online e a dificuldades na regulação emocional de crianças e adolescentes”, o que evidencia que os efeitos do uso de tecnologias são profundamente condicionados pelas relações familiares. Contudo, essa associação deve ser analisada com cautela, pois baixa supervisão ou menor envolvimento parental podem expressar não apenas escolhas familiares, mas também jornadas extensas de trabalho, adoecimento dos responsáveis, monoparentalidade, insegurança econômica e fragilidade das redes de proteção. A mediação familiar, portanto, deve ser compreendida em articulação com as demais mediações sociais.

Desse modo, a mediação familiar permite compreender que a relação entre tecnologias digitais e saúde mental não pode ser analisada de maneira isolada, mas como parte de um processo socialmente determinado, no qual se articulam condições materiais, dinâmicas relacionais e transformações na sociabilidade contemporânea. Assim, como sintetiza Iamamoto (2012, p. 104), “as formas de vida cotidiana expressam, em sua particularidade, as determinações mais amplas da sociedade, evidenciando que a compreensão dos fenômenos sociais exige a articulação entre o singular e a totalidade”, o que reforça a necessidade de situar o uso das tecnologias no interior das condições concretas de vida das famílias.

Se a família constitui uma mediação fundamental no cotidiano, as instituições sociais configuram mediações organizadas da proteção, do cuidado e da garantia de direitos. Dessa forma, para além do âmbito familiar, torna-se necessário considerar o papel da escola, da saúde, da assistência social e dos marcos legais na forma como as demandas relacionadas ao uso de tecnologias digitais e à saúde mental

infantojuvenil são reconhecidas e enfrentadas. A mediação institucional constitui dimensão central para a análise da relação entre o uso de tecnologias digitais e a saúde mental de crianças e adolescentes, na medida em que expressa os modos pelos quais a sociedade organiza respostas às expressões da questão social por meio de políticas públicas, serviços e instituições. No caso do uso de telas e da saúde mental infantojuvenil, essas mediações definem se o sofrimento será reconhecido apenas como problema individual, como falha familiar ou como demanda social que exige resposta intersetorial.

No âmbito do Serviço Social, essa compreensão relaciona-se à análise das políticas sociais como espaços contraditórios de reconhecimento de demandas, regulação social e garantia de direitos (Yazbek, 2018; Brasil, 2005). No campo da saúde mental infantojuvenil, a atenção psicossocial reforça que o sofrimento de crianças e adolescentes deve ser compreendido em suas dimensões biológicas, psíquicas e sociais, considerando suas relações com a família, as instituições e o território (Brasil, 2014). Assim, as mediações institucionais não apenas intervêm sobre a realidade, mas também produzem sentidos, classificações e referências de reconhecimento do sofrimento psíquico, influenciando diretamente a maneira como as experiências infantojuvenis são interpretadas e enfrentadas. Essa dimensão exige atenção crítica, pois escolas, serviços de saúde, assistência social e sistema de garantia de direitos podem tanto ampliar proteção e cuidado quanto produzir processos de medicalização, judicialização ou individualização de questões socialmente determinadas (Guarido, 2007; Rosa; Veras; Vilhena, 2015).

Sob esse enfoque, Netto (2011, p. 162) reforça que “as respostas institucionais às expressões da questão social são historicamente determinadas e expressam tanto os limites quanto as possibilidades inscritas nas formas de organização da sociedade”, evidenciando que as instituições são atravessadas por contradições estruturais.

No campo educacional, a escola configura-se como espaço privilegiado de socialização e de mediação das experiências digitais, não apenas pela presença crescente das tecnologias no processo de ensino, mas também por sua função na formação crítica dos sujeitos. Entretanto, sua atuação ocorre em um contexto marcado por desigualdades e limitações institucionais. Na análise de Saviani (2013):

a escola, na sociedade capitalista, apresenta um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que reproduz as desigualdades sociais existentes, também contém potencialidades para a formação crítica e para a construção de uma consciência emancipatória, dependendo das condições concretas de sua organização e atuação (Saviani, 2013, p. 81).

Essa contradição se expressa na forma como o uso de tecnologias digitais é mediado no ambiente escolar, frequentemente marcado pela ausência de práticas sistemáticas de educação midiática crítica, o que restringe a capacidade de problematizar as dinâmicas que estruturam o ambiente digital.

Sob esse prisma, Oliveira e Costa (2021, p. 9) destacam que “a inserção das tecnologias digitais na escola, quando não acompanhada de uma abordagem crítica, tende a reproduzir usos acríticos e naturalizados, sem promover a reflexão sobre seus impactos sociais, culturais e subjetivos”, o que evidencia uma lacuna importante na mediação institucional. Tal lacuna contribui para que crianças e adolescentes permaneçam expostos a dinâmicas como comparação social, busca por validação e circulação de conteúdos potencialmente nocivos, sem ferramentas analíticas para sua compreensão.

Ademais, a escola se constitui como espaço estratégico para a identificação de sinais de sofrimento psíquico, manifestados por meio de alterações comportamentais, dificuldades de aprendizagem, isolamento e conflitos interpessoais. Nesse contexto, sua atuação ultrapassa a dimensão pedagógica, articulando-se com a rede de proteção social. Como apontam Oliveira e Costa (2021, p. 12), “a escola frequentemente ocupa posição central na identificação de demandas relacionadas à saúde mental infantojuvenil, sendo responsável por acionar serviços da rede de proteção e contribuir para o acompanhamento dos casos”, o que reforça seu papel como instância mediadora entre o cotidiano dos sujeitos e as políticas públicas. Contudo, para que essa função protetiva se realize, é necessário que a escola não atue isoladamente. A identificação de sinais de sofrimento deve estar articulada a fluxos de encaminhamento e acompanhamento junto à rede de saúde, assistência social, Conselho Tutelar e demais serviços do território, evitando tanto a omissão quanto a medicalização imediata das dificuldades apresentadas por crianças e adolescentes.

A análise dessas dinâmicas pode ser aprofundada a partir da perspectiva crítica dos meios de comunicação enquanto instâncias de produção de subjetividades.

Sob esse enfoque, Sales e Ruiz (2009) destacam que os meios não apenas informam, mas estruturam formas de percepção e consciência social:

os meios de comunicação assumem papel central na organização da vida social contemporânea, atuando não apenas como transmissores de informações, mas como produtores de sentidos, valores e referências simbólicas, influenciando diretamente a formação de consciências e modos de interpretação da realidade (Sales; Ruiz, 2009, p. 37).

Essa problemática é particularmente relevante no contexto digital, no qual crianças e adolescentes são socializados em ambientes mediados por plataformas que organizam visibilidade, reconhecimento e pertencimento, influenciando diretamente processos relacionados à autoestima e à saúde mental.

A mediação institucional no Sistema Único de Saúde se expressa por meio da organização do cuidado, especialmente a partir da Política Nacional de Saúde Mental (Brasil, 2011), que adota uma perspectiva ampliada do sofrimento psíquico. Segundo o Ministério da Saúde, a Rede de Atenção Psicossocial, instituída pela Portaria GM/MS nº 3.088/2011, orienta a construção de um cuidado territorial, comunitário e articulado entre diferentes pontos de atenção, reconhecendo que o sofrimento psíquico não pode ser enfrentado apenas por respostas clínicas isoladas, mas exige atenção integral e intersetorial (Brasil, 2011; Brasil; Conselho Nacional do Ministério Público, 2014).

Essa abordagem rompe com modelos centrados exclusivamente na perspectiva clínica, reconhecendo que o sofrimento psíquico é produzido na interface entre fatores individuais e sociais, o que é fundamental para compreender os impactos do uso de tecnologias digitais no contexto infantojuvenil.

Na rede de atenção em saúde mental, os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) desempenham papel estratégico no acompanhamento de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico, inclusive quando o uso intensivo de tecnologias aparece articulado a situações de sofrimento psíquico, isolamento, conflitos familiares, dificuldades escolares ou outras expressões de vulnerabilidade. Nesse sentido, sua atuação envolve não apenas o atendimento clínico, mas também o trabalho com famílias e a articulação com a escola e outros serviços. Conforme orienta o Ministério da Saúde (Brasil, 2011, p. 25), “o cuidado em saúde mental deve ser construído de forma compartilhada, envolvendo diferentes serviços e atores sociais, com foco na integralidade e na inserção social dos sujeitos”, o que reforça a

centralidade da rede no enfrentamento dessas demandas. No entanto, é importante evitar que demandas relacionadas ao uso de telas sejam automaticamente classificadas como transtornos individuais. A atuação em saúde mental deve diferenciar uso frequente, uso problemático, sofrimento psíquico e situações de violação de direitos, considerando sempre o contexto familiar, escolar, territorial e social em que a criança ou adolescente está inserido.

No contexto da assistência social, a mediação institucional se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social, que atua diretamente no enfrentamento das vulnerabilidades sociais que atravessam o cotidiano das famílias. A Política Nacional de Assistência Social estabelece que:

a proteção social deve garantir segurança de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de ações integradas com outras políticas públicas, visando à superação das situações de vulnerabilidade social (Brasil, 2004, p. 33).

Serviços como CRAS e CREAS desempenham papel relevante no acompanhamento de famílias, no fortalecimento de vínculos e na articulação com a rede de proteção, sendo fundamentais para a compreensão das condições sociofamiliares que atravessam o uso de tecnologias digitais. No âmbito do SUAS, essa mediação pode se expressar por meio da acolhida, do acompanhamento familiar, do fortalecimento de vínculos, da orientação sobre direitos, da articulação com escolas e serviços de saúde e da identificação de situações de violência, negligência, exploração ou isolamento social. Assim, CRAS e CREAS não atuam diretamente sobre a “tela” em si, mas sobre as condições sociais que tornam determinadas formas de uso mais vulnerabilizadoras.

A articulação entre educação, saúde e assistência social evidencia o caráter intersetorial necessário à compreensão das demandas relacionadas à infância e adolescência no contexto digital. Esse princípio, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, define a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado. Conforme estabelece o ECA:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990, art. 4º).

Esse princípio é importante porque desloca a proteção da infância e da adolescência do âmbito exclusivamente privado para o campo da responsabilidade pública. Assim, os riscos presentes no ambiente digital não devem ser tratados apenas como problema doméstico, privado, mas como expressão de uma sociabilidade que exige regulação, políticas públicas, proteção integral e participação da rede intersetorial.

O avanço recente dos marcos normativos voltados à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital reforça essa compreensão no campo das mediações institucionais. A Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital), em vigor desde 17 de março de 2026, representa uma atualização do princípio da proteção integral frente às novas configurações da sociabilidade mediada por tecnologias digitais. Ao estabelecer deveres específicos às plataformas, como a gestão de riscos, a disponibilização de mecanismos de supervisão parental, a adoção de medidas de segurança por padrão, a aferição de idade em situações previstas e a ampliação da responsabilidade das plataformas digitais, a normativa explicita que o ambiente digital constitui espaço de socialização que demanda regulação e proteção institucional.

Nesse sentido, os riscos associados ao uso de tecnologias digitais deixam de ser atribuídos exclusivamente às famílias ou aos indivíduos, passando a ser reconhecidos como responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e agentes privados (Brasil, 2025). Como se trata de marco normativo recente, sua efetividade dependerá da fiscalização, da capacidade institucional do Estado e da apropriação crítica desses direitos pelas famílias, escolas, profissionais e serviços da rede de proteção.

Dessa forma, a mediação institucional permite compreender que as experiências digitais de crianças e adolescentes são profundamente influenciadas pelas formas como a sociedade organiza suas políticas públicas e serviços. Como sintetiza Netto (2011, p. 165), “as instituições sociais operam como espaços de mediação entre as determinações estruturais e a vida cotidiana dos sujeitos, expressando, ao mesmo tempo, limites e possibilidades de intervenção”, o que reforça a necessidade de analisar o uso de tecnologias digitais no interior das respostas institucionais existentes.

Nessa direção, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) orienta que a atuação nas políticas sociais deve estar fundamentada no projeto ético-político do Serviço Social, o qual reafirma a defesa intransigente dos direitos humanos, a

ampliação da cidadania e a universalização do acesso às políticas públicas. No âmbito das mediações institucionais aqui analisadas, essa perspectiva implica reconhecer que o enfrentamento das expressões da questão social, incluindo aquelas relacionadas ao sofrimento psíquico de crianças e adolescentes no contexto do uso de tecnologias digitais, não pode ser deslocado para o plano individual ou familiar, mas exige a articulação entre Estado, sociedade e rede de proteção social. Trata-se, portanto, de uma compreensão crítica, comprometida com a garantia de direitos e com a recusa de abordagens moralizantes ou individualizantes das expressões da questão social (CFESS, 2011).

Nesse sentido, as implicações para o Serviço Social envolvem três dimensões principais: (i) a leitura crítica das condições sociais que atravessam o uso das tecnologias; (ii) a articulação intersetorial entre assistência social, saúde, educação e sistema de garantia de direitos; (iii) e a defesa de políticas públicas que ampliem proteção, acesso qualificado, convivência comunitária e cuidado em saúde mental. O trabalho profissional deve, portanto, evitar respostas centradas apenas na orientação individual às famílias, sem perder de vista as determinações estruturais que limitam suas possibilidades concretas de cuidado.

As mediações familiares e institucionais, entretanto, não se realizam no vazio. Elas são condicionadas pelas desigualdades socioeconômicas que organizam o acesso às tecnologias, a qualidade da conectividade, a presença de adultos disponíveis, a oferta de serviços públicos e as alternativas de lazer e convivência nos territórios.

A mediação socioeconômica constitui o nível mais estrutural da análise, na medida em que expressa as condições materiais de existência que organizam, de forma desigual, tanto o acesso quanto as formas de apropriação das tecnologias digitais por crianças e adolescentes. Essas condições não operam como pano de fundo, mas como elementos constitutivos da experiência social, articulando-se diretamente à produção do sofrimento psíquico e às possibilidades de proteção, cuidado e desenvolvimento infantojuvenil. Conforme destaca Iamamoto (2012, p. 102), “as condições de vida dos sujeitos, determinadas pelas relações sociais de produção, incidem diretamente sobre suas formas de inserção social e sobre as possibilidades concretas de reprodução da vida”, o que evidencia que o acesso às tecnologias e seus usos não podem ser dissociados das desigualdades estruturais.

Nesse cenário, a desigualdade digital deve ser compreendida para além da dimensão do acesso físico às tecnologias, envolvendo também diferenças nas condições de conectividade, na qualidade do acesso, nas competências digitais e nas possibilidades de uso crítico e protegido. Conforme aponta o Unicef (2021):

a desigualdade digital não se limita ao acesso à internet, mas inclui diferenças significativas nas condições de uso, nas habilidades digitais e nas oportunidades de participação online, refletindo e ampliando desigualdades sociais preexistentes (Unicef, 2021, p. 12).

Essa perspectiva evidencia que o simples acesso à internet não garante inclusão social, podendo, em determinadas circunstâncias, reproduzir ou aprofundar desigualdades já existentes, especialmente quando não há mediação qualificada, suporte institucional ou condições adequadas de uso. Assim, a inclusão digital precisa ser pensada de forma articulada à proteção social. Ter acesso à internet não significa, necessariamente, ter acesso a oportunidades educativas, culturais e relacionais qualificadas. Em contextos de desigualdade, o acesso pode ocorrer de forma precária, individualizada e pouco mediada, aumentando riscos sem ampliar proporcionalmente os recursos de proteção.

Estudos indicam que crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social tendem a acessar a internet predominantemente por meio de dispositivos móveis, muitas vezes compartilhados, com conexão instável e sem acompanhamento sistemático de adultos. Esse padrão de uso restringe as possibilidades de apropriação educativa e amplia a exposição a conteúdos inadequados, desinformação e interações potencialmente prejudiciais (CGI.br, 2025; Unicef, 2021). Tal configuração de uso também limita o desenvolvimento de competências digitais críticas, fundamentais para uma participação mais segura e qualificada no ambiente online, o que pode impactar diretamente aspectos relacionados à autoestima, ao pertencimento e ao bem-estar psicológico (Santos et al., 2023).

O território emerge como mediação central nesse processo, uma vez que as condições urbanas, a oferta de equipamentos públicos e as possibilidades de acesso a espaços de lazer, cultura e convivência influenciam diretamente a centralidade das tecnologias digitais na vida cotidiana. Em contextos marcados por precarização urbana, violência e ausência de políticas públicas, as tecnologias tendem a ocupar

papel predominante como forma de entretenimento e socialização. Como explicita lamamoto (2012):

as condições territoriais de vida, marcadas por desigualdades no acesso a bens e serviços públicos, influenciam diretamente as formas de sociabilidade e as estratégias de reprodução social dos sujeitos, condicionando suas possibilidades de participação social e de acesso a direitos (lamamoto, 2012, p. 102).

Esse quadro evidencia que o uso intensivo de tecnologias digitais, em muitos casos, não decorre de uma escolha individual, mas da limitação de alternativas concretas de lazer, convivência e participação social, o que reforça o caráter socialmente determinado dessas formas de uso. Para o Serviço Social, essa análise territorial é decisiva, pois permite relacionar o uso intensivo de telas à ausência ou insuficiência de espaços públicos seguros, atividades culturais, esportivas, convivência comunitária e políticas voltadas à infância e adolescência. A intervenção profissional, nesse caso, não deve restringir-se à orientação sobre limites de uso, mas também à defesa de condições concretas para outras formas de sociabilidade.

As desigualdades de classe, raça e gênero também atravessam de forma decisiva as experiências digitais, configurando diferentes padrões de acesso, utilização e exposição a riscos. Crianças e adolescentes em situação de pobreza e pertencentes a grupos historicamente vulnerabilizados tendem a estar mais expostos a formas de uso menos mediadas das tecnologias, ao mesmo tempo em que enfrentam maior vulnerabilidade a violências simbólicas, discriminações e práticas de exclusão no ambiente digital (Unicef, 2021; Santos et al., 2023). Como aponta Netto (2011):

as desigualdades sociais, produzidas no interior das relações capitalistas, não se expressam de forma homogênea, mas atravessam os sujeitos de maneira diferenciada, articulando classe, raça e gênero na produção de múltiplas formas de exclusão e vulnerabilidade (Netto, 2011, p. 160).

Essa leitura impede que se fale de “crianças e adolescentes” como grupo homogêneo. A experiência digital de uma criança de classe média, com quarto próprio, internet estável, acompanhamento familiar com maior grau de conhecimento sobre o ambiente digital e escola estruturada, difere profundamente daquela vivida por crianças em moradias precárias, com dispositivos compartilhados, baixa conectividade, insegurança territorial e menor acesso a serviços públicos. Essas

distinções são fundamentais para evitar análises homogêneas sobre infância, adolescência e uso de tecnologias.

No campo da saúde mental, essas determinações socioeconômicas atuam como fatores estruturantes, influenciando tanto a exposição a situações de risco quanto as possibilidades de enfrentamento do sofrimento psíquico. A literatura aponta que o uso intensivo de tecnologias digitais, em contextos de vulnerabilidade, frequentemente se articula a outros fatores, como insegurança alimentar, violência no território, fragilidade de vínculos sociais e acesso limitado a serviços de saúde e assistência (Unicef, 2021; Santos et al., 2023). Dessa forma, o sofrimento psíquico infantojuvenil não pode ser compreendido como resultado direto do uso de tecnologias digitais, mas como expressão de um conjunto articulado de determinações sociais. Nessa perspectiva, sintomas como ansiedade, isolamento, irritabilidade, queda no rendimento escolar ou sofrimento associado à comparação social não devem ser explicados exclusivamente pelo uso de telas.

Embora o uso excessivo ou problemático de dispositivos digitais possa estar associado a riscos para a saúde mental, como ansiedade, isolamento, dificuldades de autorregulação emocional e exposição a mecanismos de comparação social, tais manifestações precisam ser analisadas conforme o contexto de uso, as condições familiares, escolares, territoriais e institucionais em que crianças e adolescentes estão inseridos (Brasil, 2025). Essa compreensão está em consonância com a perspectiva da atenção psicossocial, segundo a qual o sofrimento infantojuvenil deve ser apreendido em suas dimensões biológica, psíquica e social, considerando as relações dos sujeitos com a família, as instituições, o território e suas próprias experiências de vida (Brasil; Conselho Nacional do Ministério Público, 2014).

A análise crítica dos meios de comunicação também contribui para compreender como essas desigualdades se reproduzem no ambiente digital. Conforme destacam Sales e Ruiz (2009), a circulação de informações e conteúdos midiáticos não ocorre de forma neutra, sendo atravessada por interesses econômicos e disputas simbólicas que influenciam a forma como diferentes grupos sociais são representados:

quando novas informações penetram no sistema social por meio dos media, os segmentos de maior estatuto social tendem a se apropriar delas mais rapidamente, ampliando a distância entre grupos e classes, o que evidencia que os meios, por si só, não são capazes de reduzir desigualdades, podendo inclusive intensificá-las (Sales; Ruiz, 2009, p. 38-39).

Essa dinâmica reforça que o ambiente digital, longe de ser espaço neutro ou igualitário, reproduz e, em determinados casos, intensifica desigualdades estruturais, impactando diretamente as experiências subjetivas de crianças e adolescentes.

Dessa forma, a mediação socioeconômica permite compreender que o uso de tecnologias digitais é profundamente condicionado pelas desigualdades estruturais da sociedade capitalista, não podendo ser analisado de forma isolada ou descontextualizada. Trata-se de um fenômeno que articula exclusão material, desigualdade digital e precarização das condições de vida, configurando-se como expressão contemporânea da questão social (Iamamoto, 2012; Netto, 2011). Essa compreensão é fundamental para o Serviço Social, pois situa o debate sobre tecnologias digitais no campo dos direitos sociais, e não apenas no campo dos hábitos individuais. A questão não é apenas regular comportamentos familiares, mas, especialmente, enfrentar desigualdades de acesso, ausência de proteção institucional, precarização das condições de vida e fragilidades da rede pública de cuidado.

A partir das mediações analisadas, é possível afirmar que a relação entre uso de telas e saúde mental infantojuvenil é atravessada por dimensões familiares, institucionais, territoriais, socioeconômicas e sociotécnicas, as quais interferem nas formas de acesso, nos sentidos atribuídos ao uso, nos riscos vivenciados, nas possibilidades de proteção e na capacidade de resposta diante do sofrimento psíquico. Sob essa perspectiva, os impactos das tecnologias digitais na infância e adolescência não podem ser apreendidos como efeitos diretos ou isolados do uso de telas, mas como expressão de um conjunto de mediações sociais historicamente situadas, inscritas nas contradições da sociabilidade capitalista contemporânea, na qual desigualdades estruturais condicionam as experiências de vida, os modos de sociabilidade e a produção do sofrimento psíquico.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de uma atuação do Serviço Social sustentada em uma leitura crítica e totalizante da realidade social, compreendendo o uso das tecnologias digitais como expressão da questão social. Tal compreensão implica o fortalecimento de intervenções articuladas à rede de proteção social e a recusa de abordagens moralizantes e individualizantes, reafirmando o compromisso ético-político com a defesa dos direitos de crianças e adolescentes diante das transformações contemporâneas de sociabilidade.

Portanto, as implicações para o Serviço Social consistem em reconhecer o uso de tecnologias digitais como fenômeno vinculado às expressões contemporâneas da questão social, realizando análises que articulem família, escola, território, políticas públicas e desigualdades estruturais. Nesse horizonte, destaca-se a necessidade de fortalecer a atuação intersetorial da rede de proteção, orientar famílias sem culpabilizá-las e defender uma educação digital crítica e a proteção integral. Assim, busca-se contribuir para que o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes seja compreendido em sua dimensão social, relacional e histórica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar criticamente a relação entre o uso intensivo de telas e a saúde mental de crianças e adolescentes, considerando suas mediações sociais e implicações para o Serviço Social, a partir de uma perspectiva crítico-dialética fundamentada no materialismo histórico-dialético. Buscou-se compreender esse fenômeno para além de abordagens reducionistas que estabelecem relações causais diretas entre tempo de exposição às telas e adoecimento psíquico, privilegiando uma análise das mediações sociais que estruturam as formas de uso, os sentidos atribuídos às tecnologias e suas repercussões na vida cotidiana, bem como as transformações sócio-históricas da infância e adolescência nas sociedades contemporâneas, atravessadas pela sociabilidade mediada por tecnologias digitais.

Os achados do estudo realizado por meio de revisão bibliográfica e documental indicam que não é possível compreender os impactos do uso de tecnologias digitais sobre a saúde mental infantojuvenil de forma isolada ou descontextualizada. Ao contrário, tais impactos são produzidos e mediados por um conjunto complexo de determinações sociais, que incluem dimensões familiares, institucionais, territoriais, socioeconômicas e tecnológicas. Nesse sentido, a pesquisa indicou, a partir da literatura analisada, que o uso de telas não constitui, por si só, fator de adoecimento ou proteção, mas se inscreve em condições concretas de vida marcadas por desigualdades estruturais, precarização do trabalho, insuficiência de políticas públicas e transformações nas formas contemporâneas de sociabilidade.

No âmbito das mediações familiares, identificou-se que as práticas de cuidado e acompanhamento do uso de tecnologias digitais estão relacionadas de modo significativo às condições materiais de existência das famílias, às exigências do mundo do trabalho e à sobrecarga das atividades reprodutivas, especialmente das mulheres. Assim, a mediação familiar não pode ser interpretada a partir de perspectivas moralizantes ou culpabilizadoras, mas como expressão de determinações sociais mais amplas que podem limitar as possibilidades concretas de cuidado e supervisão.

No campo das mediações institucionais, o estudo evidenciou a centralidade das políticas públicas de saúde, educação e assistência social na organização das respostas às demandas relacionadas ao sofrimento psíquico infantojuvenil. Destaca-

se, nesse contexto, o papel estratégico da rede de atenção psicossocial, que, ao adotar uma perspectiva ampliada do sofrimento, possibilita a compreensão do adoecimento para além da dimensão individual. Contudo, também se identificam limites importantes, como a tendência à medicalização, à judicialização e à fragmentação das respostas institucionais diante das expressões da questão social. Cabe destacar que esses limites não são falhas isoladas, e sim expressões de respostas institucionais tensionadas por subfinanciamento, setorialização e sobrecarga dos serviços e das equipes profissionais no âmbito das políticas públicas.

As mediações socioeconômicas e territoriais, por sua vez, indicam, com base na literatura analisada, que as desigualdades estruturais da sociedade capitalista constituem elemento central na configuração das experiências digitais de crianças e adolescentes. O acesso desigual às tecnologias, às condições de conectividade, aos espaços de convivência e aos serviços públicos evidencia que a chamada desigualdade digital não é um fenômeno isolado, mas se articula às desigualdades sociais mais amplas, que atravessam classe, raça e gênero e condicionam as possibilidades de proteção e desenvolvimento.

Nesse sentido, o estudo permitiu concluir que os impactos das tecnologias digitais sobre a saúde mental infantojuvenil devem ser compreendidos como expressão de múltiplas mediações sociais, e não como efeito direto do uso de dispositivos digitais. Essa compreensão reafirma a necessidade de superação de abordagens individualizantes e moralizantes, frequentemente presentes no debate público sobre infância, adolescência e tecnologia. Dessa forma, as questões norteadoras são respondidas ao demonstrar que a sociedade digital reconfigura a infância e a adolescência, que a literatura aponta efeitos ambivalentes e controversos, e que tais efeitos dependem das mediações sociais que atravessam a vida concreta dos sujeitos.

No que se refere ao Serviço Social, os resultados desta pesquisa evidenciam a importância de uma atuação profissional crítica, fundamentada no projeto ético-político da profissão, comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a universalização das políticas sociais. Isso implica reconhecer o uso de tecnologias digitais como fenômeno atravessado por expressões contemporâneas da questão social, demandando intervenções que articulem diferentes políticas públicas e considerem as determinações estruturais que condicionam a vida das famílias e dos sujeitos. Essa atuação envolve análise crítica das demandas, articulação intersetorial,

defesa da proteção integral, orientação às famílias, participação em redes de cuidado e enfrentamento de respostas meramente punitivas, medicalizantes ou culpabilizadoras.

Entre os limites do estudo, destaca-se o fato de se tratar de uma pesquisa de natureza essencialmente teórica e bibliográfica, o que restringe a produção de dados empíricos primários sobre os contextos específicos de uso de tecnologias por crianças e adolescentes. Ainda assim, essa opção metodológica permitiu aprofundar a compreensão crítica do fenômeno, situando-o no interior das relações sociais mais amplas.

Como possibilidades de aprofundamento, sugere-se a realização de pesquisas empíricas futuras que investiguem as experiências concretas de crianças, adolescentes, famílias e profissionais da rede de proteção social no enfrentamento das demandas relacionadas ao uso de tecnologias digitais. Também se aponta a necessidade de estudos que analisem de forma mais detalhada as estratégias de mediação desenvolvidas no âmbito escolar, nos serviços de saúde e na assistência social, bem como o impacto das novas regulações do ambiente digital sobre a proteção infantojuvenil.

Conclui-se, portanto, que o debate sobre o uso de tecnologias digitais e saúde mental na infância e adolescência deve ser ampliado do plano individual para o plano estrutural, reconhecendo sua inscrição nas contradições da sociabilidade capitalista contemporânea. Diante disso, o Serviço Social assume papel fundamental na análise crítica dessas determinações e na construção de respostas profissionais e institucionais comprometidas com a proteção integral, a justiça social e o fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes no contexto das transformações digitais. Tal perspectiva exige que o enfrentamento das demandas associadas ao sofrimento psíquico infantojuvenil considere, simultaneamente, direitos digitais, proteção social, condições familiares, desigualdades territoriais e fortalecimento das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- BARBOSA, A.; ROCHA, L.; LOPES, M. **Uso excessivo de telas na infância e adolescência: impactos e mediações**. São Paulo: Editora Saúde e Tecnologia, 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BOTTINO, C. M. C.; PEREIRA, C. C.; LEON, S. S. **Cyberbullying e saúde mental de adolescentes: revisão de literatura**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, v. 37, n. 4, p. 465–474, 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990.
- BRASIL. **Lei nº 15.211**, de 17 de setembro de 2025. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Diário Oficial da União: Brasília, 17 set. 2025. Disponível em: <https://legis.senado.gov.br/norma/41465823>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-772764>. Acesso em: 01 maio 2026.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.
- BRASIL. **Política Nacional de Saúde Mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais**. Brasília: SECOM, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia>. Acesso em: 03 maio 2026.

BUCKINGHAM, David. **Mídia e infância: cultura, educação e sociedade**. São Paulo: Paulus, 2007.

CAMPOS, Luciana. **Infância e contemporaneidade: perspectivas sociais e culturais**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). **TIC Kids Online Brasil 2024**: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes. São Paulo: CGI.br, 2025. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/tic-kids-online-brasil-2024/>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de ética do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FRAGOSO, João. **Indivíduos e sociedade na modernidade**. Lisboa: Edições Cosmos, 2011.

GIOVANELLI, Julia Flaibam et al. **Mediação parental no uso de telas por crianças e adolescentes**: uma revisão sistemática da literatura. *Ciencias Psicológicas*, Montevideu, v. 19, n. 1, e4130, 2025. DOI: 10.22235/cp.v19i1.4130. Acesso em: 04 abr. 2026.

GUARIDO, R. **A medicalização do sofrimento psíquico**: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 151–161, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000100010>. Acesso em: 02 maio 2026.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Tecnologia, desigualdade social e infância**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LEBLANC, A. G. et al. **Sedentarismo, sono e saúde mental em crianças e adolescentes**. *Journal of Pediatric Health*, v. 24, n. 2, p. 112–124, 2020.

LEUNG, L.; TORRES, M. **Screen time and adolescent well-being: mediating factors**. *International Journal of Child and Adolescent Health*, v. 15, n. 1, p. 45–59, 2021.

MAIDEL, Simone; VIEIRA, Mauro Luis. **Mediação parental do uso da internet pelas crianças**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 293–313, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.16789523.2015V21N2P292>. Acesso em: 04 abr. 2026.

MÜLLER, Adriana; FANTIN, Monica. **Infância, mídia e tecnologias digitais**. Florianópolis: UFSC, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

ODGERS, C. L.; JENSEN, M. R. **Annual Research Review: Adolescent mental health in the digital age**. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 61, n. 3, p. 336–348, 2020.

OLIVEIRA, A.; COSTA, R. **Educação, tecnologias digitais e saúde mental: desafios contemporâneos**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

PALLARES-BURKE, Maria. **Criança e cultura digital: mediações e subjetividade**. Madrid: Ediciones Complutense, 2004.

PFETSCH, Barbara. **Parental mediation in the use of screens by children and adolescents**. In *Mediaciones de la Comunicación*, Montevideu, v. 13, n. 2, p. 113–130, 2018.

PFETSCH, Jan. **Adolescent use of digital media and parental mediation**. *Prax Kinderpsychol Kinderpsychiatr*, v. 67, n. 2, p. 110–133, 2018.

ROSA, Carlos Mendes; VERAS, Lana; VILHENA, Junia. **Infância e sofrimento psíquico: medicalização, mercantilização e judicialização**. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 226–245, 2015.

SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (org.). **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, R. et al. **Tecnologias digitais e saúde mental infantojuvenil**. *Revista Brasileira de Saúde Infantil*, v. 28, n. 3, p. 215–234, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

UNICEF. **Relatório sobre desigualdade digital e infância**. Nova York: United Nations Children's Fund, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano**. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 21, n. 1, p. 183–194, 2018.